

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

CORRUPÇÃO: pesquisadora aponta causas e riscos da onda de escândalos
BIOMIMÉTICA: a vida ensina a empresa

NÚMERO 10 ■ JULHO 2007 ■ R\$ 12,00



COM LICENÇA

**NO PAÍS DAS MEGA OBRAS,
A PARTICIPAÇÃO POPULAR
E AS ESTRATÉGIAS AMBIENTAIS
AINDA SÃO MICRO**

A sustentabilidade É AFIRMATIVA

Certa vez, o então presidente do BNDES, Carlos Lessa, conhecido pelo pensamento desenvolvimentista, afirmou: “O Ministério do Meio Ambiente é o Ministério do Não”. Era o prenúncio de expressões tão atuais como “entraves ao crescimento”. De fato, o MMA tem entre suas funções a de proteger os recursos naturais. Obras que prejudiquem a natureza, e conseqüentemente a sociedade, devem mesmo sofrer restrições e adaptações, ainda que o setor econômico perca ou deixe de ganhar a curto prazo.

Mas o que se observa em relação a vários planos e projetos de interesse nacional é a precariedade da participação popular e da busca da sustentabilidade no processo de planejamento. Assiste-se a um debate estreito, restrito a setores econômicos e órgãos ambientais, aos quais só resta liberar ou “atrapalhar”.

Ao acenar com empregos, crescimento do PIB e megaprojetos, o governo busca, no velho estilo centralizador, dividendos políticos. Segmentos específicos da economia também se beneficiam da construção de grandes obras, o que abre campo fértil para desvios de verbas e corrupção.

Enquanto isso, manifestações populares mostram descontentamento com vários desses projetos, como a transposição do Rio São Francisco, que ainda assim será iniciada. Os manifestantes sabem que há uma série de soluções alternativas e de menor impacto, seja para minorar a seca no Nordeste, seja para que o Brasil evite uma crise energética.

São atitudes propositivas, afirmativas, mas ignoradas ou rechaçadas por quem concentra poder de decisão – em geral, os mesmos que atribuem à área ambiental a pecha de só dizer “não”.

BOA LEITURA



ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETOR Fernando de Souza Meirelles



COORDENADOR Mario Monzoni
EDITORAS FUNDADORAS
Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITOR
Flavio Lobo
PROJETO GRÁFICO E EDIÇÃO DE ARTE
Marco Cançado (Banana Biônica Design)
EDITOR DE FOTOGRAFIA
Bruno Bernardi
REVISÃO
José Genulino Moura Ribeiro
SECRETÁRIA EDITORIAL
Bet Brunharo
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Aldem Bourscheit, Almerinda Fadini, Carlos Eduardo Lessa
Brandão, Cristine Suarez, Damian, João Luiz Hoeffel, José
Alberto Gonçalves, Mauro Nascimento, Mariano Colini Cenamo,
Mario Bag, Paula Moreira, Paulo Moutinho, Raul Raichtaler,
Regina Scharf, Steve Schwartzman.
ENSAIO FOTOGRÁFICO
Bruno Bernardi
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)
MARKETING E PUBLICIDADE
André Almeida / contato@pagina22.com.br
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Alameda Itu, 513
01421-000 - São Paulo, SP
(11) 3284-0754 / redacao@pagina22.com.br

IMPRESSÃO E DISTRIBUIÇÃO
Vox Gráfica e Editora
DISTRIBUIÇÃO BANCAS
Distribuidora Grupo Estado
NÚMEROS AVULSOS E REPARTES CORPORATIVOS:
(11) 3281-7875 e 3281-7790 ou livrariagv@fgvsp.br
(21) 2559-5535 ou livraria@fgv.br

CONSELHO EDITORIAL
Amália Safatle, Aron Belinky, Flavia Pardini, Gladis
Ribeiro, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Moysés
Simantob, Tarcila Reis Ursini
CONSELHO CONSULTIVO GVCS
Fabio Feldmann, Heloisa Bedicks, Luiz Maia, Luiz Ribeiro,
Nelmara Arbex, Paulo Vanca, Ricardo Young, Sergio
Esteves, Tamas Makray

PARCEIROS FUNDADORES



Fazendo mais que o possível  BANCO REAL

Os artigos, ensaios, análises e reportagens assinadas expressam a opinião de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista das organizações parceiras e do GVces.
É necessária a autorização dos editores, por escrito, para reprodução do todo ou parte do conteúdo desta publicação.
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 10.000 exemplares

CAPA: GERDAN WESLEY / OBRITONEWS

12 ENTREVISTA

A cientista política Argelina Figueiredo, do Iuperj, desmonta equívocos e engodos ao analisar a atual onda de escândalos de corrupção

18 POLÍTICAS PÚBLICAS

Discussões tardias, já na fase do licenciamento de obras, evidenciam a falta de um debate anterior sobre os rumos do Brasil e expõem a fragilidade da nascente democracia

26 TRANSVERSALIDADE

O objetivo de incutir a variável ambiental nas várias instâncias do Estado esbarra em interesses setoriais e em velhas práticas de poder



30 ENERGIA RENOVÁVEL

O governo tem pouco tempo para provar que cumprirá as metas do programa de incentivo às energias alternativas até o fim de 2008

38 GESTÃO

Com inovação, a Interface quer mostrar como uma empresa pode ser sustentável

48 RETRATO

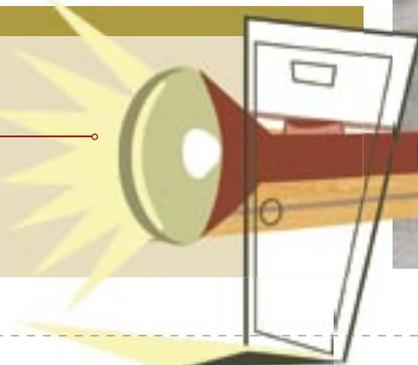
Os latinos que vivem às margens, sombras e frestas da capital do mundo

54 CLIMA

País único em termos naturais, a Austrália destaca-se também pelo rápido ritmo de crescimento das emissões de gases de efeito estufa

SEÇÕES

- 8 NOTAS
- 42 COLUNA
- 44 ARTIGO
- 46 ARTIGO
- 60 ANÁLISE
- 64 ARTIGO
- 66 ÚLTIMA



48



GESTÃO I *Scorecard* CLIMÁTICO

Se ainda não sabem, as companhias multinacionais têm mais uma prova de que sua performance ambiental pode influenciar o consumidor na hora da compra.

Um *scorecard* lançado em junho pela Climate Counts, uma organização americana sem fins lucrativos, listou 56 grandes corporações em relação ao que estão fazendo quanto às mudanças climáticas.

A Climate Counts diz adotar 22 critérios para determinar se as companhias conhecem e medem o tamanho de sua pegada climática, se estão reduzindo seu impacto em relação ao aquecimento global, se apoiam ou não legislação sobre o tema e se divulgam suas ações ao público de maneira clara e abrangente. O resultado são notas de zero a 100. Na primeira avaliação, as notas mais altas ficaram em torno de 70 e seis delas tiraram zero. Os resultados podem ser acessados em www.climatecounts.org.

A Climate Counts foi fundada pela Stonyfield Farm, uma fabricante americana de iogurtes orgânicos adquirida pela Danone em 2005, em parceria com a ONG Clean Air-Cool Planet. Nem bem nasceu, o *scorecard* climático já sofre críticas, especialmente por se dedicar a grandes



corporações, deixando de lado empresas médias e pequenas e, especialmente, as de atuação local. Além de questões sociais e de direitos humanos. — por Flavia Pardini

GESTÃO II

BAIXO TEOR

Nem só do clima vive a mais recente onda de escrutínio público sobre as grandes corporações. A Kellogg, fabricante dos Sucrilhos e de uma variedade de salgadinhos, doces e *snacks*, anunciou em junho uma série de critérios para a propaganda de seus produtos a crianças menores de 12 anos.

A empresa se compromete a reduzir a quantidade de calorias, gordura, açúcar e sódio por porção. Para os produtos nos quais não consiga cumprir os critérios até o fim de 2008, promete parar de fazer *marketing* para as crianças abaixo de 12 anos. Atual-

mente, cerca de 50% dos produtos vendidos a crianças não atendem aos novos critérios, informa a companhia.

“Estamos tomando esses passos para responder à crescente preocupação sobre o *marketing* para crianças e reforçar nosso compromisso com um *marketing* responsável”, disse a Kellogg ao anunciar a iniciativa, válida nos 180 países em que comercializa seus produtos.

Antes do anúncio, entretanto, duas organizações americanas de defesa dos direitos dos consumidores e pais preocupados com a saúde de seus filhos ameaçaram levar a Kellogg aos tribunais. (FP)

CULTURA

O NOVO DO VELHO. E VICE-VERSA

Habitualmente citada como uma das principais obras da dramaturgia nacional, *Rasga Coração*, de Oduvaldo Vianna Filho, passou quase 28 anos ausente dos palcos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Esse período encerrou-se quando um excelente espetáculo, dirigido por Dudu Sandroni, estreou no Teatro Glória, no Rio, em março. Além do talento de Vianinha e dos profissionais envolvidos, em cena e fora dela, a montagem revelou a atualidade do texto.

A tendência de identificar *Rasga Coração* como datado e panfletário, que explica sua longa ausência dos palcos, demonstra o conservadorismo do culto ao “novo”. Aliás, uma característica nacional que a peça exibe em cores vivas: a celebração convulsiva de novidades que nada mudam. Mas, em sua última obra, terminada meses antes da morte precoce, aos 38 anos, em 1974, o autor percebe também a ascensão de temas que escapam desse círculo.



“Já foram encontrados pingüins com inseticida no corpo, a Europa já destruiu todo seu ambiente natural, diversas espécies de animais só existem nos jardins zoológicos, as borboletas estão acabando, vocês vivem no meio de fezes, gás carbônico, asfalto, ataques cardíacos, pílulas, solidão... essa civilização é um fracasso.”

“Você não confia na minha experiência, não é, filho? Infelizmente a experiência sabe muito... ou será que a experiência se acostuma de tanto fracasso e não percebe mais as frestas, as portas repentinas. Será possível, meu Deus, que a experiência seja só uma maneira de deixar de perceber a vida?”

O embate central de *Rasga Coração* é entre um militante de esquerda e seu filho convertido à cultura hippie. Em meio ao hedonismo do garoto, facilmente criticado pelo interlocutor, emerge um discurso ambientalista diante do qual o repertório paterno mostra-se insuficiente. E, mesmo que de maneira embrionária, a preocupação com a natureza, a vida e o planeta ensaia recuperar a disposição para compromissos coletivos, enfraquecida pela derrocada das utopias políticas do século XX. Possibilidade que, ainda hoje, está longe de ser claramente enxergada e compreendida.

A temporada carioca terminou no dia 1º de julho. Quatro encenações, entre os dias 14 e 22 deste mês, integrarão o Festival de Inverno do Sesc, em Petrópolis, Teresópolis e

Friburgo, na região serrana do Rio. Depois disso, conta Sandroni, a intenção da equipe é rasgar corações paulistanos. — por Flavio Lobo

ERRATA ■ Na edição 9, há erros de informação na página 25. Ao contrário do que foi publicado, a aldeia jesuítica que começava a se organizar em São Paulo não foi arrasada pelos bandeirantes a mando das coroas portuguesa e espanhola. As missões jesuíticas no sul (o exemplo maior é São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul) é que foram arrasadas conjuntamente por forças militares das Coroas Portuguesa e Espanhola. Isso se deu em função de ameaça ao poder destas, pela pretendida implantação, pelos jesuítas, da chamada República Guarani — corrige o arquiteto Paulo Bastos. Segundo ele, a aldeia jesuítica de São Paulo, pobre e primitiva origem da cidade, implantada “de forma independente (isolada) em uma região protegida por escarpas e pântanos”, com o enriquecimento e expansão da cidade, teve quase todos os seus vestígios apagados, como uma vergonhosa memória aldeã a ser esquecida e substituída pela “dinâmica de uma metrópole moderna”.

ATIVISMO

SERÁ POSSÍVEL?

As estimativas variaram de mil a 10 mil, mas a primeira versão americana do Fórum Social Mundial (FSM) colocou gente nas ruas. O evento, realizado em Atlanta de 27 de junho a 1º de julho, teve início com uma marcha em que se reuniram ativistas de várias partes dos Estados Unidos e do exterior para comprovar não só que “outro mundo é possível”, mas que “outros Estados Unidos são necessários”.

Esse foi o slogan do fórum, que teve quase mil workshops sobre temas como pobreza, direitos das minorias, livre-comércio, globalização, meio ambiente, entre tantos outros. “Queremos mostrar que não somos setores marginalizados da sociedade, somos seus vizinhos”, disse uma organizadora a um jornal



de Atlanta. “Estamos defendendo uma visão de mundo que a afeta a todos.” A imprensa nacional dos EUA, entretanto, deu pequena cobertura ao evento.

Segundo o brasileiro Oded Grajew, idealizador do FSM e integrante de seu

conselho internacional, o fórum dos EUA é extremamente importante “por se realizar no país de maior poder econômico mundial e que tem em suas mãos uma grande responsabilidade sobre o futuro da humanidade”. (FP)

TURISMO

SEMENTES DO BRASIL REAL

Eravam mais de 70 países e 200 inscritos. E o brasileiro Projeto Bagagem, sediado em Lençóis (BA), foi um dos cinco vencedores em 2007 do Prêmio Seed – “semente” em inglês e as iniciais de Supporting Entrepreneurs for Environment and Development Initiative, ou Iniciativa de Apoio a Empreendedores pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O Projeto Bagagem, entidade não governamental criada em 2002 e formalizada em 2004, objetiva melhorar a qualidade de vida de comunidades brasileiras de baixa renda por meio do desenvolvimento do turismo comunitário. Nessa modalidade diferenciada, o viajante não só visita populações locais nas diversas regiões naturais do País, como convive e interage com elas, em uma espécie de intercâmbio cultural. A renda gerada pelo turismo é aplicada nas comunidades e muitas vezes serve para financiar algum projeto desenvolvido no local por outras organizações não governamentais, parceiras do Projeto.

Para Cecília Junqueira Gianotti, uma das fundadoras e atual presidente do Projeto Bagagem, esse, que é um dos primeiros reconhecimentos oficiais de seu trabalho, chega em boa hora. Como premiação, receberá a consultoria do Collective

Leadership Institute, organização alemã sem fins lucrativos que tem como objetivo dar apoio a pesquisas e parcerias ligadas à sustentabilidade.

Sob a orientação do instituto, Cecília pretende fazer um plano de negócios, identificar as necessidades mais imediatas para a consolidação e expansão das atividades e, assim, redefinir os rumos que a ONG vai tomar, em termos de parcerias e estratégias de atuação. — por Amália Safatle



TECNOLOGIA

O MUNDO VIRTUAL DE PÉ NO CHÃO

Várias das maiores empresas de tecnologia do mundo anunciaram em junho uma aliança para criar metas de melhor uso da energia e redução de emissão de carbono por computadores e outros eletrônicos. Entre os membros da Climate Savers Computing Initiative estão a Microsoft, a Intel e o Google. Juntas, as empresas pretendem encorajar os usuários a tirar vantagem das técnicas de gerenciamento de energia e a aumentar a eficiência energética dos equipamentos. O objetivo é poupar US\$ 5,5 bilhões em gastos energéticos por ano e reduzir a emissão de carbono em 54 milhões de toneladas anuais, o equivalente à emissão de 11 milhões de carros.

Hoje apenas 50% da energia que deixa a rede elétrica chega ao computador, por conta da ineficiência dos fios. Ao celebrar a iniciativa, o vice-presidente de operações do Google, Urs Hölzle, disse que, a partir de 2010, os climate savers vão definir um padrão de fonte de energia com 95% de eficiência.

A iniciativa não livra as empresas de

sérios problemas relacionados ao meio ambiente. Segundo a última edição de maio da revista New Scientist, várias matérias-primas usadas na fabricação de produtos eletrônicos se esgotarão dentro de, no máximo, 30 anos, caso o consumo “desenfreado” prossiga. Todas as fontes de platina, usadas em placas eletrônicas, desaparecerão dentro de 15 anos. Outro metal apontado no estudo é o índio, usado na fabricação de telas de cristal líquido, que se esgotará entre cinco e dez anos.

A busca de alternativas é, portanto, uma imposição do planeta ao mercado. Resta saber se o alerta será compreendido em profundidade, de modo a incentivar o desenvolvimento de tecnologias com base em matérias-primas e processos produtivos limpos, renováveis e sustentáveis.

— por Milene Pacheco



CLIMA

META É PARA CUMPRIR

Depois das seis maiores montadoras de automóveis dos EUA, é a vez de o governo do Canadá sentar no banco dos réus por causa do aquecimento global. A organização não governamental Amigos da Terra anunciou ter apelado à Justiça para fazer com que o governo canadense cumpra sua meta de redução das emissões de gases de efeito estufa – de 6% sobre os níveis de 1990, a ser atingida entre 2008 e 2012 – prevista no Protocolo de Kyoto.

O governo do primeiro-ministro conservador Stephen Harper anunciou em abril um programa para reduzir em 20% as emissões até 2020, em relação a 2006. “Isso deixaria o Canadá aproximadamente 39% abaixo de sua meta de Kyoto em 2012”, afirma a ONG. O país ratificou o Protocolo em 2002, mas desde sua posse, em fevereiro de 2006, Harper reluta em agir, alegando custos econômicos.

A Amigos da Terra informa que o processo é um pedido de revisão judicial baseado na provável violação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, o que contraria a legislação ambiental canadense – que determina que o país cumpra os acordos internacionais adotados para prevenir a poluição.

A ONG garante que o processo não tem intenção de gerar indenização, mas de obter “regulamentação que crie um limite absoluto sobre as emissões de gases de efeito estufa dentro de um prazo que vá ao encontro das obrigações sob Kyoto”.

O processo contra as montadoras é movido pelo estado da Califórnia e baseia-se nos gastos que o governo é obrigado a fazer para reduzir as emissões produzidas pelos carros vendidos pelas companhias. (FP)



O Brasil por baixo DOS PANOS

✦ POR FLAVIO LOBO

Diante da onda de escândalos a nutrir o noticiário, multiplicam-se propostas de combate à corrupção. Mas, contraditoriamente, segundo a cientista política Argelina Cheibub Figueiredo, a sanha moralizadora pode tornar instituições como o Congresso Nacional menos transparentes e representativas. Ao olhar além da superfície dos acontecimentos, Argelina, que é ph.D. em Ciência Política pela Universidade de Chicago, professora do Iuperj e pesquisadora do Cebrap, identifica o risco de retrocessos elitistas ao mesmo tempo que descreve avanços graduais, mas consistentes, da democracia brasileira.

nos governos militares, o governo João Goulart teria "zero" de corrupção. O título do editorial era "Mea-culpa". Hoje estamos num processo que pede democratização máxima, abertura máxima, liberdade total dos meios de comunicação, da Polícia Federal, que de uns tempos para cá passou a agir de forma completamente

independente, como deve agir uma polícia federal. Com esse processo de democratização, apesar de todas as suas mazelas, o Judiciário também tem cumprido um papel importante. Na verdade, há vários fatores contribuindo para esse aumento da exposição da corrupção. Não creio que a corrupção hoje seja maior que há dez anos, mas está mais visível.

22: Há parâmetros confiáveis para medir níveis de corrupção?

AF: Nunca haverá parâmetros precisos para a corrupção, nem nos países desenvolvidos. Podemos, ao comparar um país com ele próprio, perceber fases em que há mais ou menos denúncias, escândalos, punições. Mas isso não significa, necessariamente, que os períodos em que a corrupção fica mais evidente que ela seja maior. Pode ser um movimento positivo de mais transparência e menor tolerância com a corrupção. Pode também ser um sintoma da alternância e da menor coesão entre as elites políticas. Dei esse exemplo do João Goulart, e acho que podemos traçar esse paralelo, porque na verdade estamos em meio a uma mudança da elite política do Brasil.

22: O recente festival midiático protagonizado pelas CPIs do Congresso foi um sintoma desse novo arranjo, ou desarranjo, entre as elites?

PÁGINA 22: A atual onda de escândalos é positiva ou apenas o efeito de um aumento da corrupção?

ARGELINA FIGUEIREDO: É positiva, se for vista como um primeiro passo. Sem o escândalo, sem que a corrupção se torne pública, fica muito mais difícil combater. Não acho que escândalos de corrupção tenham a ver necessariamente com aumento da corrupção. Pensando na nossa história recente, tivemos, nos anos 60, um grande conflito político que acabou gerando o golpe de 64. Foi uma época de ascensão de movimentos sociais, imprensa livre, estávamos no auge da democratização do País. Ao contrário de hoje, quando temos partidos em crise, os partidos se consolidavam, inclusive nas suas bases sociais. Esse processo foi interrompido pelo golpe, justificado por seus executores e defensores, inclusive como uma forma de combater a corrupção. Que naquele momento, dizia-se, havia níveis de corrupção como nunca se tinha visto. No poder, os militares cassaram muita gente alegando não só razões ideológicas, mas por causa de corrupção. No entanto, nada indica que houve de fato uma grande redução da corrupção no período militar. A corrupção passou a ser controlada por um grupo coeso, e que, além de tudo, tinha o controle dos meios de comunicação.

22: Parte da imprensa que, num primeiro momento, apoiou o golpe chegou a fazer uma certa autocrítica quanto a isso, não?

AF: Um dos jornais que mais denunciavam corrupção no governo de João Goulart era *O Estado de S. Paulo*. Em 1983, durante o governo Figueiredo, quando estávamos em pleno período de abertura política, o *Estadão* fez um editorial em que dizia que, perto da corrupção existente

AF: De uma certa maneira. O que acontece é que o Fernando Henrique teve uma oposição, o PT, que era muito radical, mas também muito minoritária. E que não tinha o acesso que PSDB e PFL têm, por exemplo, aos meios de comunicação. A tranquilidade política do período Fernando Henrique foi muito grande, e o controle sobre as CPIs era enorme. O Fernando Henrique teve um governo de maioria funcionando muito bem. Com o PT, houve uma alternância de poder, apesar de não ter tido uma correspondente alternância de políticas. Em termos de controle da máquina pública e do controle de alguns mecanismos da própria corrupção houve um embaralhamento. Theodore Lowi, um cientista político americano, diz que corrupção tem a ver com conflito entre as elites. Escândalos nem sempre têm a ver com aumento de corrupção. Eles também podem indicar um momento de menor coesão dos poderosos.

22: E quanto ao combate à corrupção? O atual momento teria a ver também com um avanço das instituições e mecanismos responsáveis por ele?

AF: Acho que sim. Posso dar exemplos. No governo Fernando Henrique foi criada a Controladoria-Geral da União (CGU), que no início funcionou pouco, mas vem se tomando mais atuante, fiscalizando os municípios para

do irregularidade muitos anos antes de surgir o escândalo. Demora, porque depende de alguém para levantar o problema. A CGU poderia fazer isso, a partir dos relatórios do TCU — e hoje já está começando a fazer. Mas precisa da ajuda dos ministérios, maior acompanhamento, uma avaliação interna, inclusive por parte do próprio governo que tem de funcionar melhor. Acho que um orçamento impositivo, que, uma vez aprovado pelo Congresso, se cumpre, sem ter de ficar negociando uma liberação de verba aqui, outra ali, também ajudaria.

22: A senhora defende alguma mudança em relação ao trâmite do Orçamento no Congresso?

AF: Há uma proposta do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), que propõe acabar com a comissão de Orçamento para que ele seja analisado pelas diversas comissões especializadas. No período entre 1946 e 1964 era assim. Mas é muito difícil retalar o Orçamento dessa maneira. E vários estudos mostram que, quando você coloca em comissões diferentes — e isso é uma crítica muito grande à forma com que o orçamento é aprovado nos EUA —, as comissões têm mais contato com grupos de interesse, então elas tendem a injetar mais dinheiro, a gastar mais. Na hora em que se discutem as instituições, há de se ter em mente que se ganha por um lado e por outro se

Escândalos nem sempre têm a ver com aumento de corrupção. Podem indicar menor coesão das elites

os quais o governo federal repassa dinheiro do Orçamento. Outra coisa que foi criada no atual governo, mas que já é um processo que estava se iniciando dentro do Judiciário, foi o Conselho Nacional de Justiça. É a partir da instituição do conselho que vão sendo revelados os problemas internos do Judiciário. Não é um conselho de magistratura, e sim um órgão externo ao Judiciário.

22: Quais outras medidas a senhora sugeriria para reduzir a corrupção? Em relação ao orçamento público, por exemplo.

AF: Para começar, uma lei de licitação claríssima, sem as brechas que existem hoje, e controle do Executivo federal sobre os órgãos estaduais e municipais para os quais repassa verbas. O Tribunal de Contas já faz um controle, no entanto a política tem esses meandros, precisa de gente para levantar o problema, para botar no jornal. Naquela obra do TRE de São Paulo, do "Lalau", o Tribunal de Contas já tinha acusa-

perde. A comissão de Orçamento tem vantagens por avaliar globalmente o Orçamento. E tem subcomissões temáticas, ligadas a cada área, de ministérios e das próprias comissões da Câmara e do Senado. Tem a vantagem de ver o Orçamento globalmente, trabalha de uma forma muito transparente, no sentido de que você tem de ter um parecer preliminar, que é analisado por todos os partidos. Acabou aquela coisa de o relator fazer o trabalho sozinho, como acontecia na época dos Anões do Orçamento. O relator era todo-poderoso, e fazia tudo, então centralizava. A mudança daquele sistema, feita em 1995, incluiu também limites para as emendas individuais. Foi fruto do trabalho de uma comissão da Câmara, incentivado pela CPI dos Anões, aprovado pelo Congresso. E é um bom exemplo de mudança institucional que aprimorou um processo importante e ajudou a reduzir a corrupção.

22: As emendas individuais ao Orçamento estão sob suspeita devido a escândalos como o dos

sanguessugas. A senhora acha que elas devem ser banidas?

AF: Hoje o Orçamento é tão engessado que as emendas do Congresso conseguem ficar com apenas 3% da verba total. E as emendas individuais são responsáveis só por 20% das emendas do Congresso. O restante, 80% da verba destinada às emendas do Congresso, fica com as emendas das bancadas estaduais, ou seja, feita não por partidos, o que eu também acho que é razoável, mas por estado, o que torna necessária uma negociação de todos os partidos e aprovação por dois terços. As emendas de bancada são emendas de valores maiores, e as individuais, menores. Acho esse sistema razoável.

22: A propósito da questão da representação, que análise a senhora faz do atual debate acerca da reforma eleitoral? Haveria, talvez, nas entrelinhas dessa discussão, uma intenção de voltar a questionar o sistema de governo?

AF: É bem possível. O sistema político almejado por uma parte da elite política brasileira é o parlamentarismo, com sistema distrital, dois partidos, sendo um majoritário. Esse é o sistema em que se tem menos transparência, menos capacidade de controle. Funciona bem na Inglaterra, por exemplo. Mas lá não é um país que tem uma democracia semelhante à daqui. Primeiro porque a representação aqui é muito mais justa do que lá, no sentido de você ter a possibilidade de entrar no sistema político, de ser representado. Na Inglaterra não tem. O sistema eleitoral distrital é o pior em conversão de votos em cadeira. É o que mais deixa gente que tem voto sem cadeira. Na Inglaterra, o terceiro partido, que é o Partido Liberal, tem cerca de 16% dos votos do país e só 10% de representação. E nunca faz parte da política, não influencia. Então você tem votos inutilizados. No nosso sistema não. Tem alguns partidos de aluguel, mas é preferível deixá-los do que tirar a oportunidade de ter partidos efetivos. Se nós estivéssemos no sistema distrital, o PT não existiria, o PCdoB não existiria, o PSTU, o PDT, não existiria nada. Não teriam surgido, não teriam chance. Teríamos uma versão do PMDB e da Arena. É isso que queríamos para o Brasil?

22: Mudanças de sistema de governo podem reduzir a corrupção? Algo indica, por exemplo, que o parlamentarismo tenderia a abrigar níveis mais baixos de corrupção em relação ao presidencialismo?

AF: O Japão é parlamentarista, e é um dos países mais corruptos. Só que eles têm uma cultura brava. Quando pegos, costumam se matar. Tenho uma opinião muito clara: acho que corrupção tem a ver com impunidade. Num sistema político, a única coisa que previne a corrupção é maior

abertura, em termos de instituições políticas. É por isso que, por exemplo, sou contra a lista fechada (*sistema pelo qual os votos, dados às legendas e não a pessoas, são distribuídos aos candidatos de acordo com uma ordem estabelecida pelo partido*). Acho que os partidos, hoje, no Brasil, têm bastante poder para ser relevantes para os candidatos, ou seja, para botar os candidatos na linha. Seria um esvaziamento do poder dos congressistas individuais e de seus eleitores, e um reforço do poder das lideranças, que já é muito grande. Poderia reduzir pequenos casos de corrupção, no varejo, mas acho que seria uma regressão em termos de processo democrático e poderia ampliar outros tipos de corrupção, em maior escala.

22: Como combater a impunidade?

AF: Acho que, aos poucos, as instituições do Estado estão se aperfeiçoando e colaborando nesse sentido. Por exemplo, a Receita Federal. Antigamente ninguém pagava imposto. Hoje em dia ainda é pouco, são os assalariados, basicamente. Os profissionais liberais, que quase não pagavam, estão começando a pagar agora. Até pouco tempo atrás era natural um psicanalista, por exemplo, alguém que vai cuidar da sua saúde mental, perguntar se você queria com ou sem recibo. Estão começando a ficar com vergonha de fazer isso, mas era prática corrente de médicos, psicólogos, fisioterapeutas, todo mundo, ou não era? Os empresários, em geral, continuam pagando muito menos do que deveriam. A "terrível" CPMF chegou como uma ótima oportunidade de identificar gente que dava cheques incompatíveis com a renda declarada. E, à medida que esses mecanismos vão permitindo uma fiscalização mais ampla e eficiente, o quadro vai melhorando. Sou a favor de quem não paga imposto ir para a cadeia. Não tem isso no Brasil, mas deveria ter. Estamos numa sociedade muito elitista. Até pouco tempo atrás, quando não se via tanta gente de classe alta ser presa, alguém reclamava de ir algemado para o camburão?

22: Como a senhora avalia o nível de participação popular no Brasil atualmente? Os movimentos sociais, por exemplo, têm ajudado a tornar no País a cena pública mais democrática?

AF: Não posso dizer em geral, para não ser confundida com pessoas que consideram os movimentos sociais sempre maravilhosos nem com aquelas que os rejeitam a priori. As instituições representativas da democracia podem ser o que for, mas pelo menos cada um sabe como e quanto participa, que peso a sua participação tem, como suas decisões são levadas em conta e de que modo influem. Nos movimentos sociais, muitas vezes não dá para saber. Mas, ao mesmo tempo, eles permitem formas de atuação mais direta. São duas formas de participar diferentes, podem ser complementares,

podem ajudar uma à outra, mas o movimento social não é o bem nem o mal encamados. Muitos, inclusive, na verdade não são movimentos sociais, são movimentos de liderança. Dito isso, eu acho que houve um aumento da participação, sim. Além de uma certa impressão generalizada, há dados que mostram um aumento significativo do grau de associativismo no País. Essas associações cresceram principalmente em setores ligados à defesa de direitos, sejam de minorias, ambientais, de consumidores... e sobretudo no Nordeste e no Norte do País, o que me parece interessante. Um levantamento do Ipea, que compara dados de 1996 e 2002, mostra isso claramente.

22: Em regiões ainda muito associadas ao atraso, a currais eleitorais...

AF: Isso deveria nos levar a enxergar melhor até mesmo algumas afirmações, por exemplo, de que o Lula teria sido eleito pelo "grotão". Sobretudo o Nordeste, eu acho que não dá mais para chamar de "grotão". Primeiro porque a população da região é muito grande. Ainda existem grotões, mas não é daí que vem o grosso dos votos.

22: A senhora está apontando vários processos graduais que colaboram para a expansão e consolidação democráticas. Trata-se de uma análise otimista?

AF: Quando eu falo do panorama político brasileiro, não quero dizer que ele não tem problemas. Evidentemente há muito que caminhar e melhorar. Mas não acho que temos problemas tão graves nas instituições políticas. Acho, por exemplo, que temos alguns problemas muito graves no que se refere à impunidade. E não só impunidade na área política, isso é bom deixar claro. Por exemplo, existe uma cultura generalizada, que não é exatamente "cultura", é falta de uma instituição que de fato funcione, de que não devemos pagar imposto. A classe alta sonega e considera isso normal. Parte desse problema que estamos tendo aí, Renan Calheiros etc., é isso. Casos particulares que exemplificam condutas de maiorias. E, quando essas mesmas maiorias devem julgar e punir, ficam numa saia justa. Na verdade, o grande problema que esses fatos estão colocando é a relação do poder político com o poder econômico. O que não é uma coisa estranha a qualquer democracia. Mas é um problema que deve ser tratado seriamente.

22: Com o financiamento público das campanhas, por exemplo?

AF: Não tenho nada contra. Mas acho que não tem a ver com corrupção. Nós já temos o financiamento, uma parte dele é pública: o horário eleitoral gratuito, o horário partidário e o fundo partidário. São três formas de financia-

mento público. Horário gratuito, aliás, que é uma forma de os brasileiros em geral se informarem minimamente. Não se pode dizer que ninguém mais vê, não é verdade. Mas, voltando ao financiamento público, ele não tem nada a ver com combate ao caixa 2. Tem é que aumentar a fiscalização da Justiça Eleitoral. Grande parte do processo de aumento do comparecimento do eleitor e do sufrágio no Brasil tem a ver com o papel da Justiça Eleitoral, que tem sido muito importante. Porque as pessoas esquecem que a Justiça Eleitoral põe uma lá no interior do Amazonas, leva a população para votar, o que faz acabar com aquela coisa de depender de político. E institui a uma eletrônica, que é a forma mais tranqüila de apurar e de identificar a intenção do eleitor. Mas a Justiça Eleitoral não desempenha bem a função fiscalizatória. Poderia ser mais atuante e exigente.

22: E quanto a doações individuais e de empresas?

AF: Acho que poderiam ser mais bem regulamentadas, de maneira a dar um incentivo para a pessoa poder doar. Por exemplo, em caso de doação individual, poder descontar do Imposto de Renda. Alguma forma, que seria mais uma contribuição indireta do governo, pública, que seria a renúncia fiscal, mas que obrigaria a ter um controle, de quem doa e de quem recebe, tudo teria de ser declarado. E as empresas teriam que ter limite de doação para cada candidato. Esse negócio de a empresa poder dar 2% do seu faturamento é um exagero. Imagine as empreiteiras, as grandes empreiteiras, veja o faturamento delas, e como os políticos dependem delas.

22: A senhora mencionou um aumento de comparecimento às eleições. Qual a dimensão desse fenômeno?

AF: Segundo estudos do Ipea, o comparecimento no Brasil está acima da média das democracias que têm voto obrigatório. A população está toda incluída, ela vota. Em 2002, quase 90% dos eleitores compareceram às urnas. Enquanto o percentual do eleitorado que efetivamente vota, em geral, está declinando, inclusive nos países onde o voto é obrigatório, no Brasil vem aumentando. É engraçado, porque nem os cientistas políticos chamam atenção para certos fatos. O grau de identificação dos eleitores com os partidos políticos, que já foi muito pequeno, vem aumentando e, hoje em dia, é bem razoável se comparado com as democracias européias. Diante da pergunta "você tem simpatia por algum partido?", cerca de 60% dos brasileiros respondem que sim. E esse percentual vem crescendo desde a redemocratização do início dos anos 80 para cá.

22: Nas discussões acerca dos efeitos do trabalho legislativo e sua influência sobre os rumos do

País, uma crítica recorrente refere-se ao que alguns vêem como um excesso de direitos sociais estabelecidos na Constituição, que seria um dos grandes culpados pelo baixo crescimento econômico. É justa essa avaliação?

AF: As grandes bandeiras da última Constituinte eram resgatar a dívida social e aumentar a participação política. Democratizar em todos os sentidos. E o Congresso respondeu, no sentido de garantir esses direitos, que são os mais universais. O problema, a meu ver, é que grupos de interesse conseguiram manter privilégios criados na ditadura. Para dar um exemplo que conheço bem, o tipo de aposentadoria por tempo de serviço para professor. Não me parece razoável que um professor, especialmente de nível universitário, que está na faixa mais alta de expectativa de vida, ganhe aposentaria integral com 25 anos de serviço. E há os privilégios do Judiciário, dos militares... Só agora, há pouco tempo, acabou-se com as pensões *ad aeternum* para filhas de militares. Isto são coisas de sociedades muito elitistas, em que a elite conta, como

tomada de negociação e decisão política, sobretudo no Congresso?

AF: Eu diria que, freqüentemente, os meios de comunicação agem de uma maneira que beira a ignorância. Digo isso a vários jornalistas. Um jornalista veio me dizer: "Ah, essa coisa dos sanguessugas não deu em nada, 150 deputados foram mencionados e ninguém foi cassado". E eu perguntei se ele queria que cassassem 150 deputados simplesmente porque foram mencionados. Outra crítica permanentemente malfeita diz respeito ao sistema de trabalho do Congresso. O importante lá não é apenas estar no plenário. Esse negócio de ficar fotografando plenário vazio mostra, e propaga, um grande desconhecimento sobre como as coisas acontecem na instituição. Todo Legislativo, no mundo inteiro, vai ao plenário na hora que tem de votar. E há esse espanto com o fato de que o Congresso só funciona de terça a quinta em Brasília. Não há problema nisso, se compararmos com outros lugares do mundo. Alguns funcionam só dois dias por semana. Em todo lugar, o congressista tem de estar presente também em sua base eleitoral.

Na cobertura do Congresso, perdemos tempo com bobagens em vez de aprofundar discussões

contou durante 20 anos, com o apoio de um governo autoritário. Muitos desses privilégios foram colocados na Constituinte. O problema da Previdência, hoje, o grande gasto dela, é com aposentadorias altas pagas por longos períodos. Não é razoável que uma elite de beneficiários se aposente aos 50 anos e fique até os 75, 80, 90 anos ganhando integral do Estado. Mas dizer que o benefício mínimo da Previdência poderia ser menor que o salário mínimo é um absurdo.

22: Vários economistas criticam, por exemplo, a "aposentadoria rural", o benefício concedido a trabalhadores com mais de 60 anos, mesmo que não tenham contribuído para a Previdência.

AF: Os economistas igualam tudo. Achem que nós, cientistas sociais, somos gastadores. Só que é preciso diferenciar. Tem de ver de onde tirar, identificar onde realmente está o excesso. O problema é que é difícil para a elite, que está no poder, tirar dela própria, não é?

22: Qual é a avaliação da senhora sobre a forma como a imprensa costuma mostrar os processos de

22: A senhora se lembra de algum exemplo de funcionamento do Legislativo no exterior...

AF: Uma vez, em Washington, eu fui assistir a uma sessão, devia ser uma quarta-feira. Fui ao Capitólio e resolvi assistir a uma sessão na Câmara. Não tinha nada na Câmara. Então fui ao Senado, e assisti a uma discussão sobre como tomar o orçamento mais equilibrado. No dia seguinte, havia uma boa reportagem, de quase meia página, no *New York Times*, na qual falavam apenas os três senadores que haviam estado no plenário. E não teve uma linha para dizer que eram "só" aqueles três. O importante é que eles estavam discutindo um problema relevante, a respeito do qual os demais parlamentares, provavelmente, viriam a opinar e decidir no momento oportuno. No Brasil, perdemos muito tempo com bobagens em vez de abordar assuntos importantes e aprofundar discussões. Quanto mais eu vejo e leio a respeito, menos identifico peculiaridades no Parlamento brasileiro. Não há diferenças tão grandes em relação aos do resto do mundo. Poderíamos ter melhores representantes, mas para isso é preciso mais exercício democrático, mais tempo. Não dá para comparar o Brasil com países que tenham 70, 80 anos de democracia sem interrupção, que, aliás, são raros. ■

A democracia PEDE LICENÇA

DISCUSSÕES TARDIAS, JÁ NA FASE DO LICENCIAMENTO DE OBRAS, EVIDENCIAM A FALTA DE UM DEBATE ANTERIOR SOBRE OS RUMOS DO BRASIL

POR AMÁLIA SAFATLE

Jornalista e fonte encontram-se para uma entrevista no café de um bairro abastado de São Paulo. A jornalista vai ao toalete. Ao sair, abre-se a porta do banheiro masculino e de lá sai o rapazinho de gorro preto que estava na entrada vendendo balas de goma. Enquanto ela lava as mãos, ele puxa assunto: “A água tá fria?” “Não muito”, ela responde. “Pois eu tô com frio.” De fato, tremia. “Compra bala? Duas por 1 real. É pra ajudar lá em casa.” Ela tira o dinheiro da bolsa e pensa: “Esse 1 real vai pro crack”. Na hora, arrepende-se do pensamento preconceituoso. Ele sorri: “Deus te abençoe”. Sem ajudar mais do que talvez pudesse, ela apenas responde: “Boa sorte”. E segue para a entrevista.

A conversa abarca obras de infra-estrutura, licenciamento, impactos socioambientais, PAC... e naturalmente deságua em temas como jogo de interesses, grandes empreendimentos, corrupção, muita grana envolvida. Na mesinha ao lado, perto da porta, tudo muito rápido: duas moças gritam. Na rua, o pessoal, indignado: “Pega ladrão!” O rapazinho tinha apanhado o celular de uma delas e caído no mundo. A moça, assustada, nessa hora devia tremer também.

Jornalista e fonte ficam alguns segundos sem assunto. E em seguida voltam ao cafezinho, à grana grande, aos ladrões do Brasil para os quais ninguém grita.

LAVANDO AS MÃOS

Farto material histórico e sociológico está aí para embasar a tese: o Brasil da corrupção, dos privilégios e do autoritarismo exercido durante décadas é o mesmo da desigualdade social que produz situações como a do vendedor de balas. É também o mesmo país em que a população é alijada de decisões nacionais que afetam a vida de todos e eventualmente beneficiam alguns.

Na nascente democracia brasileira, o cidadão tem um voto, mas dificilmente sua opinião é levada em conta na hora em que se decide por obras polêmicas e de grande impacto socioambiental, como uma usina de energia nuclear, a transposição do Rio São Francisco e a construção de grandes hidrelétricas ou de rodovias.

Sob esse mesmo chapéu da frágil governança pública



NA ÚLTIMA ETAPA, NÃO HÁ MAIS COMO REPENSAR DIRETRIZES. SÓ RESTA MINIMIZAR DANOS SOCIOAMBIENTAIS, PARA QUE SE OBTENHA A LICENÇA DE OPERAR

florescem relações pouco idôneas, que recheiam as páginas dos jornais (*leia entrevista à pág. 14*). Empresas que buscam verdadeiramente a sustentabilidade normalmente são mais transparentes e idôneas. O contrário também é válido: a Gautama, por exemplo, pivô da Operação Navalha, é acusada de desprezar a legislação ambiental em pelo menos duas obras: na construção da BR-319, no Amazonas, e de pontes na BR-402, no Maranhão, conforme publicado na Folha de S.Paulo (*leia série de artigos e entrevista sobre gestão sustentável e governança corporativa entre as páginas 38 e 47*).

O governo coloca-se como “vítima” do licenciamento ambiental, mas no setor público há casos de EIA-RIMA (Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental) feitos sem licitação, e em que a empresa autora dos relatórios atua “amarrada” com o empreendedor, segundo uma especialista que trabalha no setor de licenciamento ambiental.

Segundo a mesma fonte, que prefere não se identificar, por trás de uma decisão sobre a construção de hidrelétricas na Amazônia, mais que a preocupação com a disponibilidade de energia para o País está o fato de que a oferta próxima atende às necessidades de grandes grupos empresariais na região. E, como o lugar é mal atendido por políticas sociais, é do interesse do governo que essas empresas exerçam o papel do Estado nos municípios pobres. “E, assim, uma mão lava a outra”, afirma.

Segundo Mauricio Born, gerente de meio ambiente, saúde e segurança da Alcoa, com operações localizadas no Pará, o Sistema Interligado Nacional (SIN) não distingue empresas próximas ou não da geração e o custo independe da proximidade. “O Brasil tem um grande potencial hidrelétrico inexplorado e parte significativa está na Amazônia. A instalação de usinas de geração apresenta grandes desafios socioambientais, mas por ser renovável e com baixas emissões de gases de efeito estufa, são uma opção fundamental para o desenvolvimento”, afirma.

PROJETO DE BRASIL

A falta de um projeto nacional, previamente acordado entre as diversas partes da sociedade, desemboca em discussões tardias já na fase final, que é a do licenciamento das obras. Nesta última etapa, as cartas já estão dadas e não há mais espaço para rediscutir as diretrizes que mais beneficiariam a população: resta apenas minimizar ou tentar compensar os danos socioambientais para que os empreendedores consigam a licença para operar. Rever-

ter essa situação, antecipando o debate, pode ser um dos grandes exercícios democráticos por fazer no País.

Em um trabalho sobre a evolução histórica do impacto social e ambiental de hidrelétricas no Brasil, o primeiro diretor de meio ambiente do Banco Mundial, Robert Goodland, conta os percalços de quando começou a trabalhar aqui, em 1969, durante a linha dura do presidente Médici. As ONGs quase não existiam e os sindicatos tinham sido banidos. Os dois choques do petróleo desestabilizaram a economia e aceleraram a construção dos projetos hidrelétricos, sem dar margem a qualquer conversa. Assim nasceram Tucuruí, Itaipu, Balbina, Sobradinho e tantas outras.

Na conclusão do trabalho, Goodland afirma: “A transição do paternalismo, da autocracia e do elitismo para democracia e política com origem no povo reduz o risco de corrupção, de injustiça social e de má administração da economia bruta”.

Para Cecília Campello do Amaral Mello, doutoranda do Programa de Antropologia Social do Museu Nacional e colaboradora do Projeto Brasil Sustentável e Democrático da FASE, não há dúvida de que o processo de redemocratização brasileiro e a Constituição de 1988 favoreceram a criação e o fortalecimento de mecanismos de participação popular em questões socioambientais.

“Entretanto, ao longo da década de 1990 houve um esvaziamento do poder político dos conselhos de meio ambiente, muitas vezes monopolizados pela aliança dos

governos locais com a iniciativa privada”, acredita ela. “As audiências públicas são convocadas de modo repentino, sem que os grupos sociais potencialmente atingidos tenham tempo de se preparar. Além disso, há temor por parte dos dissidentes de sofrer represálias políticas do poder local, o que tem o efeito de silenciar grande parte da população.”

Cecília exemplifica. Conta que, em Mato Grosso, pesquisadores que alertaram para os impactos ambientais da mineradora EBX foram ameaçados de morte. No caso da audiência pública da Coopex, a maior fazenda de camarão projetada no Brasil, nos manguezais de Caravelas (BA), grupos extrativistas temem represálias da prefeitura, que faz o cadastro do Bolsa Família.

“E o caso do complexo do Rio Madeira é gritante: o Ministério Público não foi sequer convidado e os grupos sociais potencialmente mais afetados, como ribeirinhos e indígenas, foram informados de que a audiência pública havia sido cancelada, quando na verdade não fora. Resultado: a audiência foi realizada às escondidas, como um rito sumário”, afirma a antropóloga.

Tal prática destoa bastante da teoria. E não por falta de planos. Entre as diretrizes do governo para grandes obras de infra-estrutura na Amazônia definidas pelo Plano Plurianual (PPA), pelo Plano Nacional de Desenvolvimento Regional e pelo Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal estão: “realizar a análise prévia de alternativas”, “inserir o pla-

OS PROJETOS para construção das hidrelétricas no Rio Madeira não passaram por discussão no PPA

nejamento de obras em estratégias de desenvolvimento regional sustentável” e “aprimorar os mecanismos de participação social desde o planejamento”.

Os projetos para construção das hidrelétricas do Madeira, um dos principais pivôs do atual debate sobre licenciamento ambiental, não passaram por discussão no PPA: foram sugeridos pelas empresas Furnas e Odebrecht, que até mesmo fizeram o estudo de viabilidade ambiental das obras e podem participar do leilão para execução do empreendimento.

Adriana Ramos, coordenadora de políticas públicas do Instituto Socioambiental (ISA), critica o fato de que a mesma empresa autora do estudo de viabilidade ambiental possa depois participar do leilão.

Sergio Leão, diretor responsável por segurança, saúde e meio ambiente da Odebrecht Engenharia e Construção, diz que todos os estudos realizados por Furnas e Odebrecht são previamente autorizados pelos agentes reguladores e disponibilizados para acesso ao público após serem aprovados pelos órgãos responsáveis. “Os estudos ambientais (*do Madeira*) foram submetidos ao Ibama, que os reviu e solicitou complementações. Todo esse processo é público, assim como os orçamentos e informações de engenharia”, afirma.

Segundo Leão, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) faz uma auditoria nos custos comprovados desses estudos e disponibiliza os resultados e valores. Caso Furnas e Odebrecht não vençam o leilão, os custos serão



EDUARDO NICOLAU / AE



PÁGINA INFELIZ DA HISTÓRIA

O Brasil da corrupção e do autoritarismo exercido durante décadas é o mesmo país onde são tomadas decisões que afetam a vida de todos, mas eventualmente beneficiam alguns, reforçando a desigualdade social.



JOSE LUIZ DA CONCEIÇÃO/AE

ATOLADA.
A BR-163
Sustentável não
sai do papel.
Segundo a
sociedade civil,
os 21 ministérios
envolvidos no
projeto não se
entendem

pagos pelo grupo vencedor como parte dos investimentos prévios aprovados pelo governo. Leão acrescenta que, no novo modelo do setor elétrico, deverá caber à Empresa de Pesquisa Energética (EPE) a realização dos estudos.

Resposta similar foi dada pelo Ministério de Minas e Energia. Mas, diante do pedido de uma entrevista sobre como é feito o planejamento no setor e como se levam em conta as questões socioambientais, sua assessoria de imprensa respondeu que, por estar a Pasta em fase de troca de ministro, não haveria porta-vozes disponíveis.

O Ministério do Planejamento também foi procurado, mas sua assessoria de imprensa respondeu que na Pasta não existe nenhuma fonte apta a falar sobre o tema socioambiental — o que soa bastante sintomático.

Adriana, do ISA, afirma que no último PPA, de 2004/2007, houve iniciativa por parte do governo de aumentar a participação da sociedade nas audiências. “Teve um debate bem interessante sobre as macrodiretrizes”, diz. Mas, na hora de decidir o que será executado, o quadro muda. “Cada parte do governo defende a sua obra no PPA e a efetividade é dada pelo critério do orçamento.”

Segundo Cecília Mello, a decisão final — centralizada pelo governo — filtra desses mecanismos participativos da sociedade civil apenas o que coincide com o projeto predefinido, e assim legitima decisões já tomadas.

Frustração parecida sentem os representantes das entidades da sociedade civil em relação ao Plano Decenal, que estabelece diretrizes e investimentos para o setor elétrico. “O plano (2006-2015) foi de fato colocado para consulta pública, mas ao final ouvimos o seguinte: ‘Obrigado pelos comentários, mas, como estamos atrasados com as obras, vamos incorporá-los depois’”, conta Glenn Switkes, coordenador da Coalização Rios Vivos.

E assim o debate é adiado para a fase de licenciamento, que o empreendedor espera obter a toque de caixa. “Na fase de licença prévia, em que é feito o EIA-Rima, antes de tudo é preciso que o empreendimento tenha uma boa justificativa para existir”, diz Cristina Simonetti, especialista da consultoria Environmental Resources Management (ERM). “Ainda assim, os estudos ambientais são uma excelente ferramenta para planejar o uso e a ocupação do solo. E, em um país que não tem tradição democrática, trata-se de um bom exercício de diálogo com as partes interessadas”, diz.

Na gestão Fernando Henrique, também houve queixas por parte da sociedade civil de que a avaliação estratégica ambiental dos eixos do Avança Brasil, no início do PPA, nunca foi divulgada à sociedade, apesar de o governo ter pago por ela ao contratar os serviços da consultoria internacional Booz-Allen & Hamilton.

TRANSVERSAL DO TEMPO

“O governo reclama dos ambientalistas dizendo que eles travam as obras. Mas, quando os ambientalistas concordam com uma obra como a BR-163, ela não sai do papel. Por quê?”, questiona Adriana Ramos.

O plano BR-163 Sustentável, cujo asfaltamento faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foi lançado há mais de um ano como iniciativa piloto. É uma oportunidade para o governo e a sociedade civil construir uma política de infra-estrutura na Amazônia sobre bases sustentáveis. A ideia é aliar a produção econômica, o ordenamento territorial, a gestão ambiental ao fortalecimento da cidadania e da governança.

Mas até hoje não se concretizou. Segundo Luiz Augusto Mesquita de Azevedo, coordenador do projeto de fortalecimento da participação social no plano da BR-163, não há espaço para discussão com o governo sobre a sua implementação. Um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) agrega 21 pastas sob a coordenação da Casa Civil para colocar o plano em prática, mas, segundo Azevedo, cada um cuida do seu lado, sem que os ministérios conversem entre si. “O Inbra, por exemplo, está criando assentamentos em áreas de conservação. É uma peça de ficção. O plano não tem orçamento nem metas”, acrescenta Azevedo. Para tentar resolver a questão, uma

NA DISCUSSÃO DO ÚLTIMO PPA, O GOVERNO TENTOU OUVIR MAIS A SOCIEDADE. MAS NAS DECISÕES TOMADAS, NÃO LEVOU AS OPINIÕES EM CONTA, DIZ ESPECIALISTA

audiência foi pedida para o início de julho com a ministra Dilma Rousseff e o coordenador do GTI, Johanness Eck.

Para o deputado Nilson Pinto (PSDB-PA), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara, o Ministério do Meio Ambiente tem ficado cada vez mais isolado, colocando por terra o desejo de Marina Silva de transversalizar a questão socioambiental pelo governo (reportagem à página 26). “É preciso refazer as pontes. E a construção do PPA é bom instrumento para exercício dessa transversalidade”, diz. O próximo Plano Plurianual será lançado no ano que vem.

Já Switkes considera curto o prazo do PPA. “Com horizonte de só quatro anos, o governo tem de começar imediatamente a pensar onde vai gastar o dinheiro.” Assim, sobra pouco tempo para planejar como gastá-lo.

ENERGIA PARA QUEM?

Se para a população de forma geral as diretrizes de planejamento são questões muito abstratas, alheias a seu cotidiano, no setor elétrico a situação é pior. A opinião é de Celio Bermann, professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP. Faz sentido: rodovias, pontes e portos são exemplos mais visíveis de onde o dinheiro (ou pelo menos parte dele!) é aplicado. Já a energia entra na rede nacional e não há como a população aferir para onde foram — e a quem serviram — os quilowatts gerados por determinada hidrelétrica.

Com isso, o debate fica mais difícil. E esse debate, na visão de Bermann, deveria ser bem anterior. Antes mesmo de se pensar em como elevar a oferta da energia — se deve haver ou não usinas no Rio Madeira, discussão que a seu ver chegou ao histerismo —, a grande questão reside na demanda energética.

“Nós tomamos o crescimento da demanda energética como fato consumado. Não é”, afirma. Segundo ele, apenas seis setores da economia consomem 30% da energia gerada no País: cimento, petroquímica, siderurgia, não ferrosos (alumínio), ferroligas e papel e celulose. Excluindo os dois primeiros, parte significativa da produção é voltada ao mercado externo. São bens primários com alto conteúdo energético e baixo valor agregado.

“A pergunta que se deve fazer é: vale a pena manter essa forma de inserção na economia internacional? O quanto vale ser o sexto maior produtor de alumínio ou o maior de aço?”, questiona o professor. Cada tonelada de alumínio produzida corresponde ao consumo de 100

TOLMASQUIM, PRESIDENTE DA EPE, DIZ QUE HÁ FORTE ESPECULAÇÃO DE PREÇOS NO MERCADO LIVRE: A ENERGIA EXISTE, MAS NÃO A DISPOSIÇÃO EM VENDÊ-LA

famílias durante um mês, por isso é um tipo de produção que tem sido abandonado nos países centrais, explica.

“Os presidentes da Vale e da Alcoa têm ido à mídia dizer que vão rever a previsão de investimentos no Brasil por conta do risco de falta de energia (a partir de 2012). Acho ótimo”, afirma. Para Bermann, o Brasil precisa mesmo reorientar sua política industrial — o que reduziria ou estabilizaria a demanda energética, e agregaria valor à produção, sem sacrificar o PIB, ao contrário.

Questionado a esse respeito, Maurício Tolmasquim, presidente da EPE, responde: “Isso é o desejável, mas precisamos pensar sobre condições reais. Há questões de vantagens comparativas do Brasil nessas indústrias de base que devem ser levadas em conta. Claro: sempre é preciso tentar agregar valor a esses produtos”.

Segundo Born, da Alcoa, os setores eletrointensivos devem ser analisados sob o ponto de vista da cadeia produtiva, com todos os empregos e impostos gerados, já que fornecem matéria-prima para uma série de outras indústrias. “A fabricação de alumínio no Brasil, material infinitamente reciclável, com energia renovável de hidrelétricas, é um bom exemplo de sustentabilidade”, diz.

Born acrescenta que é o setor industrial brasileiro como um todo que consome 30% da energia produzida. “Além disso, o aumento da demanda energética tem relação direta com o crescimento da economia.”

Mas, em um artigo publicado no jornal chileno *La Nación*, John Wilson, assessor da Comissão de Energia da Califórnia, contesta essa máxima. Afirma que o crescimento da demanda elétrica no estado desacelerou de 7% para 2%, entre 1990 e 2006, enquanto a economia manteve crescimento estável em taxas entre 3% e 4%.

“Parece que no Chile se pensa que crescimento econômico e demanda energética estão sempre acoplados. Na Califórnia, há uns 30 anos, também pensávamos assim porque não havíamos incorporado a questão da eficiência em nossas análises”, escreve Wilson. Com isso, diz ele — apesar dos lobbies de alguns setores —, não foi preciso construir nenhuma usina nuclear, nem a carvão.

Enquanto isso, no Brasil, durante o 8º Encontro de Negócios em Energia, pôde-se ouvir de José Antonio Sorge, diretor da Associação Brasileira das Concessionárias de Energia, que já não bastam Rio Madeira, Belo Monte e Angra 3, é preciso pensar na construção de Angra 4.

Estudos de Celio Bermann apontam que somente com a repotencialização de hidrelétricas com mais de 20

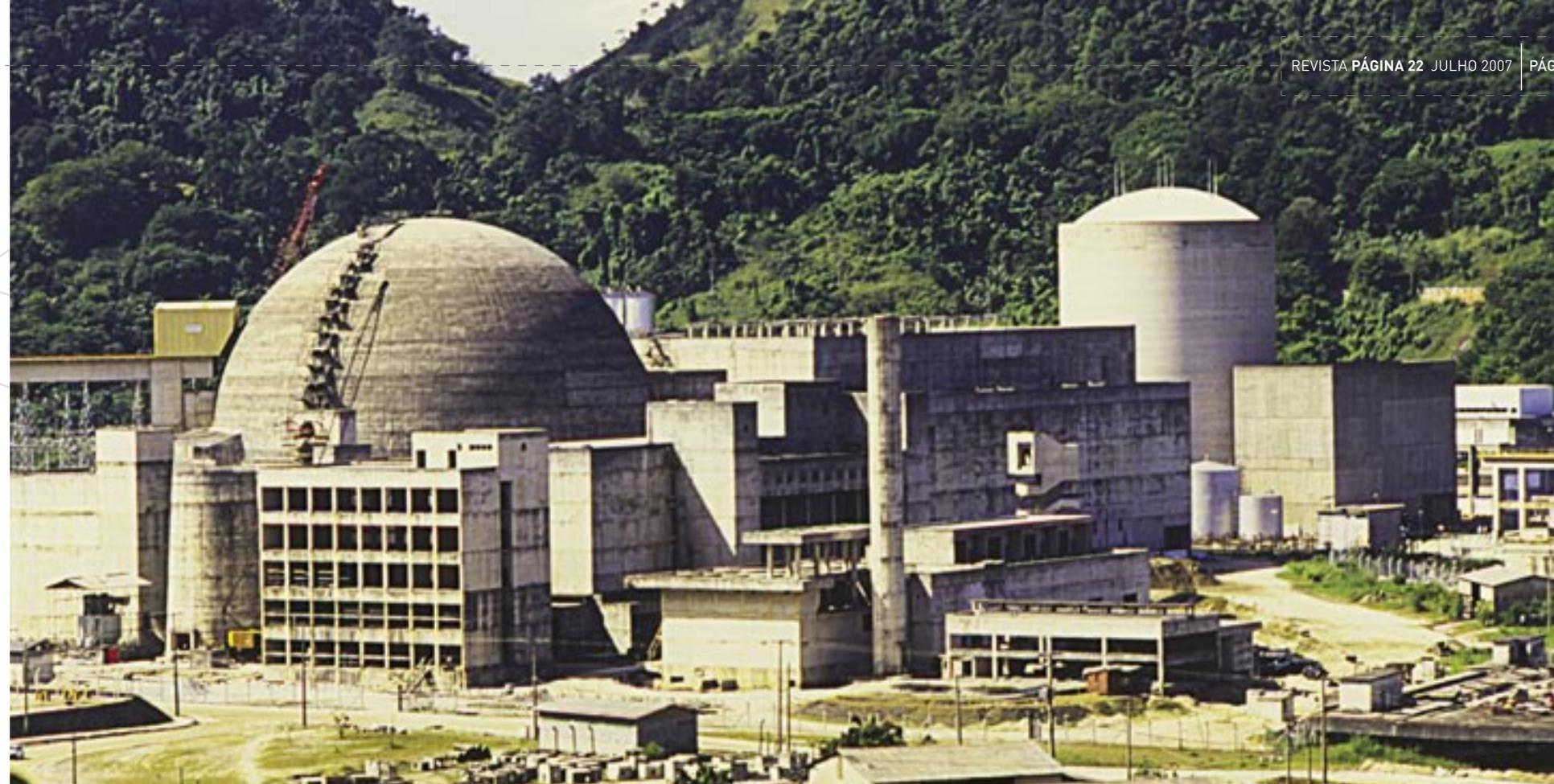
anos é possível acrescer 8 mil megawatts de capacidade à rede. Mas avisa: se esse for o caminho escolhido, é preciso começar agora, enquanto há uma sobra energética no Brasil e essas usinas podem ficar paradas para a reforma.

SEM IBOPE

O professor afirma que a proposta não encontrou eco no governo. “Reformas não trazem visibilidade política como a inauguração de uma nova obra”, afirma. Segundo a assessoria de imprensa do MME, “cada técnico no ministério tem uma opinião sobre esse assunto e o ministro interino não vai dar declarações sobre essa questão”.

A repotencialização é só um dos caminhos. Goodland, ex-diretor do Bird, concluiu em seu estudo que há tendência crescente de internalização dos impactos socioambientais, o que eleva os custos de projetos como grandes barragens, e reduz os de projetos de baixo impacto, como energia renovável — um bom motivo para o País investir mais nesse setor (reportagem à página 30).

A idéia de elevação de custos — de que Goodland fala — ainda não foi plenamente assimilada pelas empresas, avalia José Goldemberg, presidente do Centro Nacional de Referência em Biomassa (Cenbio) e ex-secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. “Acontece que as empresas não querem gastar mais. O trecho sul



MÁXIMA DESFEITA

Na Califórnia, entre 1990 e 2006, o crescimento da demanda elétrica desacelerou de 7% para 2%, enquanto a economia manteve crescimento estável em taxas entre 3% e 4% — o que foi obtido com eficiência energética e agregação de valor a produtos

do Rodoanel, por exemplo, vai custar 20% a mais do que se fosse na época do regime militar, de modo a atender as exigências ambientais da sociedade atual. Alguém tem de pagar essa conta”, afirma.

Para Goldemberg, boa parte das dificuldades no aumento da oferta energética, embora quase sempre atribuídas à questão ambiental, tem origem em incertezas regulatórias, como garantias de preços e tarifas.

A queixa parte da própria Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). Segundo a diretora da entidade, Patricia Arce, os consumidores no mercado livre de energia (onde se negocia diretamente com o fornecedor) têm encontrado dificuldade em firmar contratos de compra de médio e longo prazo com as empresas geradoras.

Segundo Tolmasquim, a razão é que este é um momento muito propício para a especulação de preço. “A energia existe, mas não a disposição em vendê-la, já que lá na frente vai valer ouro. São necessários mecanismos de governo para controlar isso”, afirma.

VISÃO DE FUTURO

Encontrar um equilíbrio entre os negócios, a participação popular e o respeito às questões socioambientais

LOBBY REABILITADO. Sob o argumento da falta de energia, a fonte nuclear no Brasil volta à ordem do dia e já se fala na construção de Angra 4 (na foto, Angras 1 e 2)

é um belo desafio para um país que há tão pouco tempo inaugurou seu processo democrático. Mas, para Christopher Flavin, presidente do Worldwatch Institute (WWI), que esteve recentemente no Brasil para a conferência Ethanol Summit, não há outro caminho.

Segundo ele, o surgimento de uma nova onda de políticas estaduais inovadoras para o incentivo de fontes renováveis de energia, como vistas na Califórnia e em países como Espanha e Alemanha e até na China, mostra que a política está se tornando mais verde. “Essa era uma luta só dos ambientalistas. Hoje há uma mudança profunda de mentalidade, e não só na Califórnia.”

Na mesma mesa em que estava Flavin, a ministra Dilma Rousseff respondeu: “Quando o representante do Worldwatch Energy (sic) diz que o governo tem papel importante para quebrar essa inércia, acredito que o programa do biodiesel se encaixa nisso”. E afirmou que a matriz energética brasileira é sustentável — ainda que 55% dela venha de fontes fósseis. O debate nacional sobre sustentabilidade, pelo visto, está só no início.

E enquanto as discussões se derem apenas na reta final do licenciamento de obras, obliterando todo um processo anterior de planejamento nacional, a sociedade perde a oportunidade de escolher os próprios caminhos e assim fortalecer sua nascente democracia.

TRANSVERSAL

Int herditada

O OBJETIVO DE INCUTIR RESPONSABILIDADE AMBIENTAL NAS VÁRIAS INSTÂNCIAS

DO ESTADO ESBARRA EM INTERESSES SETORIAIS E EM VELHAS PRÁTICAS DE PODER

POR ALDEM BOURSCHUIT

Passados cerca de dois meses da anunciada reestruturação ambiental do governo federal, a nova máquina planejada pela ministra do Meio Ambiente Marina Silva ainda não decolou. A batata mais quente nas mãos da petista é a polêmica divisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) — órgão-chave para concretizar sonhos governistas de crescimento econômico. Trata-se de mais um capítulo no frustrado sonho de transversalizar a questão socioambiental no governo federal.

Com poucos recursos, raro apoio governamental e em minoria entre população e Parlamento, ambientalistas dependem sempre de esforço redobrado para manter projetos distantes de interesses pontuais ou voltados à redução da proteção ecológica.

A tramitação na Câmara e no Senado da medida provisória que partiu o Ibama para criar o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (IChBio) jogou lenha na fogueira da quarta e mais aguerrida paralisação de servidores ambientais do governo Lula e novamente evidenciou interesses de alguns setores em mudanças na legislação voltada à proteção da natureza.

Enquanto isso, a poderosa bancada ruralista “só pensa naquilo”: alterar o Código Florestal, de 1965, para ampliar os limites de desmatamento na Amazônia e outras regiões e obter indenizações a proprietários de terras atingidas pela criação de parques e áreas protegidas pelo poder público. Desejos antigos que voltam à tona sempre que algum projeto ambiental de peso ganha espaço no Congresso.

Na tramitação da Medida Provisória 366/2007, ruralistas tentaram alterar a Lei de Crimes Ambientais (9.605/1998), para aliviar penas a funcionários que emitam licenças não exatamente dentro da lei e sugeriram limitar em 90 dias a concessão de licenciamentos prévios



para novos empreendimentos. Também propuseram que unidades de conservação dependam de sinal verde do Legislativo.

“Criar reservas não pode depender apenas do Executivo, trazendo prejuízos a proprietários que aguardarão décadas por indenizações”, argumenta o deputado Colbert Martins (PMDB-BA).

Em 5 de Junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, a ministra Marina Silva pretendia lançar novo pacote com parques, reservas biológicas e outras áreas protegidas. Mas os decretos estão parados na Casa Civil. Enquanto isso, o primeiro parque nacional brasileiro, o de Itatiaia, completou 70 anos com graves problemas fundiários e fazendas em seu interior.

Brasília guarda casos clássicos e indicativos de como a questão ambiental é tratada no País. A aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, promessa governista para conter desmatamentos ilegais concedendo florestas para o chamado manejo sustentável, quase foi emperrada pelo senador José Agripino Maia (DEM-RN). Ele pleiteava verbas para a construção de uma ponte, em Sergipe, que serviu como moeda de troca para o apoio do senador à lei.

Outro clássico foi a tramitação da lei que regulamentou plantios e vendas de transgênicos. Assistindo de camarote à disputa entre os ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, o governo não se posicionou claramente sobre o assunto e deixou ao sabor dos lobbies setoriais o destino da biossegurança brasileira.

Segundo fontes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), parlamentares como o então senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e os senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) atuaram fortemente na época para que hoje a Comissão Técnica Nacional sobre Biossegurança tomasse sozinha “decisões políticas” quanto à liberação comercial de transgênicos.

A recente redução dos votos mínimos na comissão



para permitir a venda desses itens foi vista como nova “puxada de tapete” na área ambiental. “O governo deve ser convencido de que desenvolvimento não é só geração de empregos e crescimento econômico, precisa também de proteção ambiental. Pressões nacionais e internacionais poderão ajudar na superação desse problema”, acredita o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ).

IBAMA CANIBALIZADO

A divisão do Ibama é vista por servidores públicos, parlamentares e ambientalistas como uma medida autoritária e pouco debatida na sociedade, que não resolverá problemas históricos da gestão ambiental brasileira. “Um órgão para unidades de conservação é velha inspiração do Ibama, que deveria ser reforçado em licenciamento e fiscalização”, avalia o deputado Gabeira.

Há indícios de que a estrutura do Ibama poderá ser reduzida. No Amazonas, 11 dos 12 escritórios regionais poderão fechar as portas. Destes, seis abrigarão estruturas

do IChiBio, que só pode atuar dentro de reservas federais. Em caso de desmate ilegal fora da Floresta Nacional de Humaitá, por exemplo, seus servidores nada poderão fazer. “Isso não podia ocorrer. O governo deveria reafirmar compromissos na área ambiental. Deveria reforçar o Ibama na região”, diz o senador João Pedro (PT-AM).

O fato preocupa, sobretudo no Amazonas, estado que abriga a maior parcela preservada de Floresta Amazônica e onde ocorrem queimadas e desmates clandestinos que ampliam a contribuição nacional às mudanças climáticas. Alguns focos de ilegalidade são o trecho da BR-364 entre Rio Branco (AC) e Porto Velho (RO), financiada pelo Banco Mundial, e o limite entre Amazonas e Mato Grosso, tradicional líder em desmate.

Para ambientalistas, o MMA também peca ao não esclarecer de onde virão recursos, pessoal e infra-estrutura para reforçar o trabalho dos novos órgãos ambientais. Sem isso, a mera divisão do Ibama reproduzirá problemas históricos. O resultado pode ser mais burocracia e lentidão para concessão de licenças e perda de eficiência em

CHEIRO DE QUEIMADO
No Congresso, decisões cruciais são deixadas ao sabor do lobbies

fiscalização e gestão. “A simples divisão do Ibama é insuficiente”, diz Cláudio Maretti, superintendente de Conservação dos Programas Regionais do WWF-Brasil. A MP 366, diz ele, poderia incorporar mecanismos modernos, como a compensação pelo fornecimento de água e outros serviços dependentes das reservas naturais, promover a formação de corredores e mosaicos ligando áreas protegidas — e até reverter recursos ao IChiBio ao taxar o consumo de gasolina e outros combustíveis fósseis, a exemplo da Costa Rica. No Conselho Nacional do Meio Ambiente já se avalia a gestão de áreas protegidas com parcerias entre governo e ONGs, que dão suporte à ministra Marina Silva.

Um exemplo de maior burocracia envolve a extração de madeira em florestas nacionais, que vai depender da papelada de três órgãos. O IChiBio definirá onde o manejo florestal pode ocorrer, o Serviço Florestal Brasileiro fará a concessão de áreas para exploração de matas e, finalmente, o Ibama seguirá analisando e fiscalizando planos de manejo. Processos como esses, no entanto, dependerão do humor de quase 6,5 mil servidores federais. A maioria, por enquanto, muito descontente.

No pressionado licenciamento federal, cerca de 100 analistas se dividem nas áreas de transposição de rios, energia (elétrica, hidrelétrica e nuclear), transportes, mineração, obras civis, petróleo e gás. Seu salário bruto inicial é de R\$ 2.573,00, mais até 35% como adicional por bom desempenho. Graças aos únicos dois concursos realizados, poucos têm experiência com Amazônia e energia nuclear, por exemplo. Isso leva à contratação de consultores para tarefas especiais.

Os baixos salários, o acúmulo de processos — são em média 20 nos escaninhos de cada analista —, a carência de computadores e até de mobiliário levariam à perda

LOBBY LEGAL

ASSOCIAÇÃO EM FORMAÇÃO QUER TER CÓDIGO DE CONDUTA

Atuando nas entranhas de qualquer decisão política, lobistas com ou sem carteirinha começam a se organizar e mostrar as caras à população. Com lançamento programado para este mês e prometendo não tentar a legalização do lobby, uma realidade em outros países, a Associação Brasileira de Profissionais de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig) vai definir um código de conduta para a categoria. A idéia é separar o joio do trigo no universo dos lobistas e esclarecer sua função no jogo político nacional.

A entidade nasce reunindo quase uma centena de funcionários públicos e privados, membros de organizações não governamentais e de escritórios como Umbelino Lôbo e Semprel, de Brasília. “No Brasil ainda se confunde lobby com tráfico de influência. Mas nosso trabalho consiste na defesa de objetivos e de idéias com muita conversa e muita informação”, defende Oswaldo Ramos, lobista ligado à gigante da indústria química Braskem.

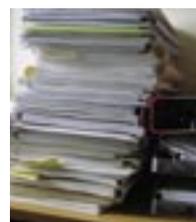
anual de 5% dos funcionários, que trocam o Ibama por outros órgãos da administração pública que oferecem maiores salários, melhor estrutura e mais tranquilidade.

PRESSÃO E MIMOS

O resultado é ainda mais pressão. O prazo máximo de 36 meses para finalizar novos licenciamentos quase nunca é cumprido. A demora também alcança a renovação de licenças, que inclui vistorias a empreendimentos. No caso de uma hidrelétrica, por exemplo, a demora é em média de um mês, se tudo estiver dentro da lei. “O ideal seria dobrar o número de analistas no licenciamento”, diz Jonas Corrêa, presidente da Associação dos Servidores do Ibama.

Durante o licenciamento das usinas do Rio Madeira, analistas foram chamados em fins de semana e feriados para acelerar estudos e participar de reuniões. “Nunca vi uma pressão como essa sobre o órgão”, diz o analista Marcelo Belisário.

Um ex-diretor de licenciamento federal registrava em seu celular cerca de “30 chats”. Eram funcionários públicos e de empresas privadas que constantemente ligavam pressionando por licenças. A cada fim de ano, empreendedores enviam generosos presentes a analistas do Ibama. Os “mimos” vão de agendas e canetas a malas (vazias) e cestas de chocolate da Copenhagen. Os presentes mais caros seriam devolvidos e os demais, sorteados entre os servidores, conta um ex-funcionário, que pede para manter anonimato. ■



CONDIÇÕES PRECÁRIAS

Na área ambiental do governo, funcionários mal pagos têm de lidar com a falta de estrutura, vêem os processos se acumular e recebem presentinhos de gente interessada em seus pareceres

CONTAGEM regressiva

O GOVERNO TEM POUCO TEMPO PARA PROVAR QUE AS ÚLTIMAS MEDIDAS PARA ATRAIR INVESTIMENTOS NAS USINAS EÓLICAS DO PROINFA GARANTIRÃO A META DE GERAR 3.300 MW EM ENERGIAS ALTERNATIVAS ATÉ O FIM DE 2008

✦ POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES

Fundada em 2005, a companhia chinesa Renesola, fabricante de pastilhas de silício reciclado para painéis solares, levantou US\$ 50 milhões de investidores ao estrear no Mercado de Investimentos Alternativos (AIM) da Bolsa de Londres em julho de 2006. Uma das quatro empresas chinesas do setor solar que estrearam no mercado acionário no ano passado – outras três lançaram ações na Bolsa de Nova York –, a Renesola pode até pedir que os clientes paguem adiantado, dada a escassez de pastilhas de silício. A China também se tornou um dos principais mercados para a energia eólica: dobrou a capacidade instalada de 1.300 megawatts (MW) em 2005 para 2.650 MW no fim de 2006, subindo do oitavo para o quinto lugar entre os países que mais geram eletricidade graças à força dos ventos.

Alvo dos ambientalistas por seu crescimento acelerado e espetacularmente “sujo”, a China também é, paradoxalmente, uma das economias que mais atraem investimentos em energias renováveis. No ano passado, foram US\$ 4,5 bilhões em novos empreendimentos, lançamento de ações em bolsa e fusões e aquisições de companhias. A cifra supera em 118% o valor investido em 2005, de acordo com o relatório *Global Trends in Sustainable Energy Investments 2007*, divulgado em junho pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

Segundo o mesmo estudo, os investimentos em renováveis no Brasil saíram de pouco mais de zero em 2005 para US\$ 2,137 bilhões em 2006. Quase a totalidade da cifra, porém, concentra-se na produção de etanol de cana-de-açúcar. Pouco foi investido em fontes como a energia dos ventos, a biomassa e as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), e quase nada em aquecimento solar. O Brasil corre o risco de ficar atrás de países como a China e a Índia na corrida pelas energias limpas.

NO BRASIL, os investimentos em energias renováveis saíram de pouco mais que zero em 2005 para US\$ 2,137 bilhões em 2006. Quase a totalidade na produção de etanol de cana-de-açúcar (foto)

O mercado de renováveis, embora pequeno se comparado ao das fontes convencionais – apenas 2% da matriz energética mundial, excluindo as grandes hidrelétricas –, responde hoje por aproximadamente 18% dos investimentos em geração elétrica no mundo, de acordo com o Pnuma. No ano passado, o setor atraiu investimentos de quase US\$ 100 bilhões, 25% a mais que em 2005, incluindo as fusões e aquisições de empresas. Considerados apenas os novos negócios, o crescimento foi ainda mais robusto, 43%, alcançando US\$ 70 bilhões.

No Brasil, mais de cinco anos após o lançamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), em abril de 2002, apenas a Wobben, subsidiária da alemã Enercon, produz aerogeradores, ou turbinas eólicas. A empresa instalou-se em Sorocaba (SP) em 1996, muito antes da criação do Proinfa, voltada

O GARGALO CONTINUA NA ENERGIA EÓLICA. JÁ O GOVERNO AVALIA QUE A REDUÇÃO DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO DE AEROGERADORES JÁ SURTE EFEITO

principalmente para o mercado externo.

A meta da primeira etapa do Proinfa era instalar 3.300 MW – potência parecida com a da projetada para a polêmica usina Jirau, no Rio Madeira – até dezembro de 2006, mas foi postergada para o fim de 2008. Se o programa conseguir colocar em operação a potência total prevista, com investimentos privados de R\$ 9 bilhões na construção de usinas, a participação da biomassa, da fonte eólica e das PCHs na matriz elétrica brasileira subirá dos atuais 3,5% para 6%.

Para a energia solar, que não faz parte do Proinfa, o Ministério de Minas e Energia (MME) promete lançar até dezembro um programa nacional de incentivos à

adoção de coletores para o aquecimento de água, que hoje responde por 8% do consumo nacional de energia elétrica, segundo Dêlcio Rodrigues, coordenador da Iniciativa Cidades Solares, da ONG Vitae Civilis.

PEDRAS NO CAMINHO

Inicialmente, a meta do Proinfa era gerar 1.100 MW em cada uma das três fontes de energia do programa: eólica, biomassa (bagaço de cana-de-açúcar e rejeitos agrícolas) e PCHs. Contudo, como diminuiu o interesse das usinas de açúcar e álcool pelo programa, parte da energia destinada à co-geração à base de biomassa foi redistribuída para os outros projetos. No final, a Eletrobrás contratou 1.191 MW de 63 projetos de PCHs, 1.423 MW de 54 empreendimentos de energia eólica e 685 MW de 23 projetos de co-geração a partir da biomassa.

A redistribuição, entretanto, não contornou as dificuldades de implementação do Proinfa. No caso das PCHs, a execução das obras atrasou principalmente por causa da lentidão na obtenção de licenças nos órgãos estaduais de meio ambiente. Hoje, porém, é a fonte mais promissora no cumprimento da meta de geração no prazo. Segundo Laura Porto, diretora do Departamento de Desenvolvimento Energético e coordenadora do Proinfa no MME, há financiamentos solicitados ou contratados para os 1.100 MW das PCHs.

O gargalo continua na energia eólica. Em junho, apenas cinco usinas estavam em operação comercial, com potência instalada de 208 MW. O maior projeto em operação é o do Parque Eólico de Osório, no Rio Grande do Sul, com potência de 150 MW em 75 turbinas, ou 72% de toda a capacidade instalada nos projetos de eólica do Proinfa. Uma usina de 10,2 MW encontra-se em fase de montagem, a Millenium, controlada pela australiana Pacific Hydro em sociedade com a brasileira Bioenergy.

Críticos do programa, como o professor Celio Bermann, do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, consideram o Proinfa “um fracasso”, no que diz respeito à meta para a fonte eólica. O governo, porém, avalia que a redução no imposto de importação de aerogeradores de 14% para zero em março passado surte efeitos positivos. O valor das partes importadas foi barateado e ficou mais fácil para o empreendedor atingir os 60% de nacionalização de equipamentos e serviços exigidos.

INDÍCIOS DE RECUPERAÇÃO?

Sob o bombardeio de ONGs, empresários e pesquisadores, Laura Porto aponta evidências de que a tormen-



O GOVERNO DOS EUA oferece incentivo atraente ao setor eólico. Já o Brasil demorou em agir e perdeu investidores

ta no setor de eólica está passando. Entre elas, além de empréstimos solicitados e aprovados para instalação de 60% da energia contratada pelo Proinfa, estão a chegada recente ao Ceará de 19 turbinas para um megaprojeto da Siif Énergies – que pretende investir R\$ 3,9 bilhões na instalação de 15 parques eólicos no Brasil até 2011 – e o anúncio pelo grupo argentino Impsa, em setembro de 2006, da implantação de uma fábrica de aerogeradores no complexo industrial do Porto de Suape, em Pernambuco, com investimento de R\$ 20 milhões.

O segundo semestre de 2007 será decisivo para o governo provar que suas previsões para o setor eólico estão corretas e neutralizar as críticas. Segundo Sebastião Florentino, coordenador do Proinfa na Eletrobrás, há tempo suficiente para que a maior parte dos projetos contrate financiamento, encomende e comece a operar as turbinas até 31 de dezembro de 2008.

Normalmente, diz Florentino, as obras de instalação de uma usina eólica levam de 12 a 18 meses, muito menos do que as de uma planta nuclear, por exemplo, que levam de seis a sete anos. Angra 3, cuja retomada das obras foi aprovada em junho pelo Conselho Nacional de Política Energética, entrará em operação em 2013.

Um diagnóstico realizado por alunos de pós-gradu-

ção do professor Bermann revelou que muitos projetos contratados pela Eletrobrás eram inviáveis tecnicamente e tiveram de ser reformulados. Bermann aponta ainda que muitos empreendedores estavam mais interessados em repassar os projetos a outras empresas, com a finalidade de auferir ganhos financeiros. Laura Porto, do MME, não nega os problemas, mas diz que estão superdimensionados. “Alguns projetos apresentaram falhas técnicas, uma minoria insignificante diante do total contratado.”

Bermann aponta ainda que os pequenos empresários não tiveram acesso às linhas do BNDES devido às garantias exigidas. Para o professor, o contrato de compra de energia por 20 anos deveria ser aceito como garantia na aprovação dos financiamentos. Nelson Siffert, chefe do Departamento de Energia Elétrica do BNDES, não acredita que as garantias exigidas inibam a procura por empréstimos. Até porque, segundo ele, alguns empresários de pequeno e médio porte se associaram a grandes companhias de energia, que assumiram o controle dos projetos e viabilizaram a aprovação dos financiamentos para suas usinas.

Na fase de implantação do projeto, o empreendedor precisa oferecer suas ações como garantia ao BNDES. Já na etapa operacional, a garantia é a receita obtida pela usina na venda de energia. “A meta do Proinfa para as PCHs será

VERSÃO DO MINISTÉRIO

Laura Porto, do MME, aponta evidências de uma recuperação no setor eólico, tais como os projetos da Siif Énergies – que pretende instalar 15 parques até 2011 – e do grupo argentino Impsa

SITUAÇÃO ATUAL DO PROINFA

POSIÇÃO DE 22/6/2007

NÃO HÁ SINALIZAÇÃO DO GOVERNO DE QUE O PROGRAMA CONTINUARÁ

FONTE	USINAS EM OPERAÇÃO	USINAS EM CONSTRUÇÃO	PROJETO DE CONSTRUÇÃO	NÃO INICIADAS/SUB JUDICE/EM RESCISÃO CONTRATUAL	TOTAL
PCH	11 199,04 MW	45 877,50 MW	3 66,00 MW	4 48,70 MW	63 1.191,24 MW
EÓLICA	5 208,30 MW	1 10,20 MW	17 463,66 MW	31 740,76 MW	54 1.422,92 MW
BIOMASSA	16 444,34 MW	4 70,00 MW	2 66,50 MW	5 104,40 MW	27 685,24 MW
TOTAL	32 851,68 MW	50 957,70 MW	22 596,16 MW	40 893,86 MW	144 3.299,40 MW

FONTE: MME

atingida tranquilamente até o final de 2008”, diz Siffert. Até o início de junho, o banco aprovou e assinou contratos de financiamento para 34 projetos de PCHs do Proinfa, com geração prevista de 791 MW, ou 66% do total contratado para essa fonte. Segundo Siffert, a lenta execução dos projetos de eólicas é um sintoma de problemas específicos do setor, como a dificuldade na compra de equipamentos. “É estratégico desenvolver um parque eólico no Brasil. Contudo, ainda há muito espaço para investir nas PCHs e na co-geração com biomassa”, diz.

EMPREENDEDORES NÃO SE CONFORMAM COM A PERDA, PARA A ELETROBRÁS, DA TITULARIDADE DOS CRÉDITOS DE CARBONO QUE OS PROJETOS VÃO GERAR

A titularidade dos créditos de carbono dos projetos, que serão vendidos dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto, é outro ponto de tensão entre empreendedores e Eletrobrás. Conforme o decreto que regulamentou o Proinfa, a titularidade dos créditos é da Eletrobrás, que os utilizará para diminuir os gastos dos consumidores com o subsídio ao programa.

Segundo Laura Porto, os empreendedores não se conformam com a perda da titularidade dos créditos, que deverão gerar receita anual de R\$ 80 milhões quando o programa estiver operando a pleno vapor e evitando a emissão de 2,8 milhões de toneladas de CO₂ por ano. A Eletrobrás prepara-se para iniciar ainda este ano a venda os créditos de carbono do Proinfa em leilões na Bolsa de Mercadorias e

AS OBRAS DE PCHs foram atrasadas pela demora na obtenção de licenças de órgãos estaduais do meio ambiente



Futuros (BM&F), em São Paulo, informa Florentino.

Entre técnicos do MME, empresários e analistas de mercado, é praticamente consenso que o desenvolvimento do setor de energia eólica no Brasil foi tolhido por uma conjugação de elementos externos e internos.

Quando o Proinfa foi criado, a geração de energia eólica expandia-se em vários países desenvolvidos, como Alemanha, Espanha e Estados Unidos. A China também oferecia incentivos para atrair a instalação de indústrias de aerogeradores. Com a demanda aquecida, a fila de encomendas de equipamentos eólicos tornou-se cada vez mais longa. Segundo a Associação Mundial de Energia Eólica, a potência instalada no mundo alcançou 74 mil MW em 2006, dez vezes mais que em 1997.

FALTOU SENSIBILIDADE

O governo dos EUA oferece incentivo atraente ao setor eólico: o Production Tax Credit (PTC), criado em 1992, concede um desconto de 2 centavos de dólar no imposto de renda por quilowatt-hora (kWh) produzido em parques eólicos. Programado para expirar no fim de 2005, o PTC foi prorrogado até dezembro de 2008.

Diante dos incentivos e da demanda crescente nos EUA e na China, o Brasil demorou em reagir e perdeu potenciais investidores. “Também faltou sensibilidade ao governo por não sinalizar de forma clara a continuidade do Proinfa após 2007”, diz Sérgio Marques, presidente da Bioenergy.

O índice de nacionalização, previsto para fomentar o desenvolvimento da indústria de equipamentos eólicos, retardou a implementação do programa, segundo empresários do setor. “O Proinfa teve caráter didático, possibilitando que extraíssemos conclusões importantes para a eventual continuidade do programa após 2008”, observa Ricardo Pigatto, presidente da Associação Brasileira dos Pequenos e Médios Produtores de Energia Elétrica. “Uma delas é que o índice de nacionalização foi elevado em face da existência de apenas um fabricante de equipamentos no País.”

Os técnicos do Proinfa no MME admitem que a energia eólica vá demandar tratamento específico do governo. A primeira tacada para recuperar o tempo perdido foi atender ao pleito dos empreendedores, reduzindo o imposto de importação dos aerogeradores. Para Karen Suassuna, técnica em mudanças climáticas do WWF, uma segunda fase do Proinfa precisaria contar com planos específicos para cada fonte alternativa. No



COM CRESCIMENTO espetacularmente sujo, a China também se tornou um grande mercado de energia solar e eólica

caso da energia eólica, ela considera essencial estimular a produção de equipamentos no País, formar mão-de-obra qualificada, oferecer condições mais favoráveis nos financiamentos e criar incentivos aos parques eólicos.

TESTE OU FRACASSO?

A necessidade de tratar com mais cuidado a energia dos ventos ficou evidente no leilão de fontes alternativas realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em 18 de junho. Nenhum dos nove projetos de energia eólica (939 MW) habilitados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) participou do leilão. O setor considerou baixo o preço-teto de R\$ 140 por megawatt-hora (MWh) e curto o prazo de 15 anos dos contratos com as distribuidoras de energia. Para o setor de eólica, nada abaixo de R\$ 200 por MWh vai ser capaz de atrair investidores aos leilões.

Os negócios com PCHs também foram pouco significativos. Foram leiloados apenas 97 MW a serem gerados por seis PCHs ao preço médio de R\$ 135 o MWh, valor médio da energia dessa fonte no Proinfa. A biomassa teve melhor desempenho, ao conseguir vender energia referente a 12 projetos com potência total de 542 MW pelo preço médio de R\$ 139 por MWh, 27% superior

ao preço médio de R\$ 109 do Proinfa para essa fonte.

Logo após o pregão, realizado pela internet durante pouco mais de uma hora, Mauricio Tolmasquim, presidente da EPE, disse que o governo poderá estudar a realização de leilões específicos para a fonte eólica. Sabe-se que a idéia só será viável se o preço-teto for mais atrativo. Para isso, será necessário que o consumidor banque a diferença entre as cotações de mercado da energia e o valor mais alto a ser pago para a energia eólica.

Presidente da Eletrobrás no início do governo Lula, o físico Luiz Pinguelli Rosa, coordenador do Programa de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ, defende que a estatal participe dos leilões de fontes alternativas. “A Eletrobrás pode trabalhar com uma taxa de retorno de 10% e vender energias renováveis a preços mais módicos”, diz. Segundo ele, os investidores querem uma taxa de retorno de 15% a 20% no Brasil, enquanto no mundo desenvolvido ela não ultrapassa 10%.

Nem a EPE nem o MME adiantam detalhes sobre a idéia. Há, também, quem acredite que a EPE quis testar o mercado com uma modalidade inédita de leilão, que poderá se transformar no principal mecanismo de incentivo às energias alternativas, no lugar de um Proinfa 2, do qual já praticamente não se fala mais no governo. ■

Missão VERDE

COM INOVAÇÃO, UM OLHO NA NATUREZA E OUTRO NOS COMPETIDORES INEFICIENTES, A INTERFACE QUER PROVAR QUE UMA FABRICANTE DE CARPETES, DE CAPITAL ABERTO, PODE SER SUSTENTÁVEL, DIZ CLAUDE OUIMET

✦ POR FLAVIA PARDINI

PÁGINA 22: A incorporação da sustentabilidade na Interface começou com um discurso do CEO Ray Anderson em 1994. Quando a visão vem de cima, como envolver o restante da companhia?

CLAUDE OUIMET: Em 1994, quando Ray recebeu uma pergunta de um cliente sobre isso, ele não visualizava a ligação entre ecologia e negócios. Ao mesmo tempo, o livro de Paul Hawken (*The Ecology of Commerce*) apareceu em sua mesa e ele ligou para Hawken. Depois veio até nós e disse: “Eu não sabia que éramos saqueadores, mas somos”. E acrescentou: “Se a indústria é a instituição que se move mais rápido, quero que a Interface seja o exemplo”. É isso que estamos tentando fazer: mostrar que uma empresa de capital aberto pode ser verde. Damos às pessoas uma razão maior para vir ao trabalho. Não é dinheiro, mas algo que envolve as pessoas de uma maneira mais profunda. Admito, entretanto, que, no primeiro discurso de Ray, não achamos que estivesse falando sério. Mas ele conseguiu colocar um monte de gente atrás de uma idéia: não estamos fazendo carpete, estamos tentando fazer a diferença. Ray nos fez perceber o que somos em relação ao mundo, e as pessoas compraram a idéia.

22: É uma mudança e tanto de cultura. Quantas pessoas participaram?

CO: Naquela época, de 3 mil a 4 mil. Nem todos compraram a idéia, muita gente deixou a companhia porque queria apenas fazer negócio. Em 1995, quando falávamos de sustentabilidade para nossos clientes, eles não queriam ouvir. Mas o que faz a diferença é a convicção. Quando você está convencido de qual é a coisa certa a fazer, não há argumento

contra. Então fomos em frente, sem falar sobre o processo com ninguém, e fizemos acontecer internamente. Ray disse: “Se não vamos ter nenhuma pegada, precisamos saber onde estamos”. Para todas as nossas fábricas estabelecemos qual era a pegada, e isso levou um ano.

22: Como é esse processo?

CO: Trata-se de avaliar o produto que chega à fábrica, o impacto dessas matérias-primas na Terra, o impacto ambiental dos nossos processos. No princípio, tínhamos apenas a perspectiva do processo: se todas as matérias-primas e a energia representam 100%, o que é o nosso produto no fim da linha? Não

pode ser mais que 60%. O resto vai para o lixo. Há três tipos de lixo: sólido, líquido e emissões. Decidimos reduzir os três e buscar um produto mais equilibrado, o que nos levou a explorar as mudanças que deveríamos fazer. No começo, não achávamos que precisávamos mudar tudo, porque éramos bem-sucedidos. Quando percebemos que podíamos ser bem melhores, começamos a ver as mudanças possíveis, todos queriam contribuir. Um funcionário no Canadá ajudou a desenvolver um processo para o *backing* (*parte de trás do carpete*), mudando os produtos químicos. Não se tratava de reduzir, mas de rejeitar os químicos que usávamos. Então, vimos que o processo exigia menos energia — porque, ao alterar a composição, mudamos a performance do produto — e que isso poderia trazer economia. Ao avaliar o lixo produzido e descartado, encontramos

“50% DO QUE VENDEMOS FOI DESENHADO A PARTIR DA BIOMIMÉTICA. APRENDEMOS COM A NATUREZA”

uma forma de economizar, e esse processo trouxe um monte de gente que queria participar. Nesses 13 anos, atraímos pessoas que compreenderam o que queríamos fazer, que quiseram se juntar a nós e usar seus talentos para fazer a diferença. Pode-se chamar isso de “minimizar os remorsos de uma vida”. É como eu vejo.

22: Onde a Interface opera, além de na América do Norte?

CO: Na Tailândia, Austrália, Europa — Holanda, Inglaterra, Irlanda do Norte —, e logo teremos algo na China e, provavelmente, na América Latina.

22: As políticas são as mesmas?

CO: Sim. Cada fábrica sabe exatamente sua pegada e precisa reduzir isso ano após ano. No começo foi fácil, porque os frutos estavam ali para ser colhidos, podíamos enxergar os problemas, atacá-los e ver o progresso. Ao longo dos anos, ficou um pouco mais difícil. Mas contamos com a criatividade das pessoas que trabalham para nós e, no fim, enfrentamos tudo.

22: O objetivo é criar uma indústria sem chaminés e sem canos de descarga...

CO: Esse é apenas um aspecto, temos uma abordagem holística. Emissões são uma coisa. Temos a análise de ciclo de vida de tudo que produzimos — olhamos para o impacto da matéria-prima, do processo, do produto. Isso significa: uma vez que o produto está fora da fábrica, o que precisamos fazer para trazê-lo de volta e transformá-lo em nosso produto de novo? Um exemplo: no Canadá, reduzimos o uso de água em 95%. Costumávamos imprimir os carpetes, usando padrões

coloridos e isso exige muita água. Quando se está nessa missão, você pensa: “Por que usar tanta água se a impressão não acrescenta nada ao produto, a não ser estética?” Mudamos o processo, compramos equipamentos em que uma agulha cria os padrões coloridos, e não imprimimos mais. Sem impressão, eliminamos o uso da água.

22: É uma questão de design?

CO: Absolutamente. Hoje, de 50% a 55% de tudo que vendemos foi desenhado a partir do princípio da biomimética. Convidamos Janine Benyus, autora do livro *Biomimicry*. Quem na indústria de carpete, ou em qualquer outra, contrataria uma bióloga? Nossa pergunta a ela foi: “Como a natureza lida com o pavimento, com o chão?” Somos registrados pela ISO 9000, 14000, em todos os padrões possíveis para ser rigorosos com os processos de qualidade e ter segurança de que cada módulo de carpete é igual ao outro. E, na verdade, esse era o erro! A natureza não encara as coisas desse jeito. Então criamos padrões e cada módulo ficou diferente do outro, seja na cor, no desenho, na textura. O consumidor pode substituir um módulo depois de dois ou três anos e não será capaz de notar a diferença em relação aos demais, porque todos são diferentes. Aprendemos com a natureza e criamos um novo produto. Quando você acredita que está no caminho certo, começa a ver o que os outros não vêem, e isso se torna o seu diferencial. Chama-se inovação e, se você se inspira nisso, vai ver e criar coisas que ninguém mais tem.

22: E o mercado copia?

CO: A indústria vem atrás de nós em termos de design, de sustentabilidade. Mas tem uma diferença. Você pode comprar um produto verde de uma empresa marrom, ou você pode comprar um produto verde de uma empresa verde. Várias companhias nos copiam, mas isso é apenas um elemento. Se elas competem conosco com um produto verde,



FOTOS: BRUNO BERNARDI

“É PRECISO AVALIAR O IMPACTO SOCIAL DE PRODUTOS E EMPRESAS. A ANÁLISE DE CICLO DE VIDA NEM TOÇA NESSA QUESTÃO”

mas no restante não são verdes, então estarão fazendo as coisas como sempre fizeram.

22: Como a Interface lida com a questão do greenwash?

CO: Qualquer coisa que a Interface diz ou faz precisa ser auditada. Se não é auditada, não existe. Tivemos gente com idéias ótimas, mas que não podiam ser auditadas e, portanto, não existem. Um exemplo: nossos produtos não têm qualquer impacto nas emissões de CO₂ e na mudança climática. No Canadá, reduzimos as emissões em 72%, e isso foi auditado. Então, para os 28% que sobraram, compramos *offsets* (compensações) em projetos que ajudam a eliminar o uso do petróleo. Investimos em vários tipos de tecnologia por meio de terceiros que desenvolvem projetos e nos dão os créditos. Isso é auditado. Podemos indicar essas empresas e elas mostrarão e certificarão o que fazemos para compensar os 28%. Essa é a diferença entre *greenwash* e as pessoas que realmente fazem. Usamos protocolos para análise de ciclo de vida e auditamos tudo. Neste momento, a ISO está avaliando os aspectos sociais da sustentabilidade e vai certificar as empresas que fazem algo que seja auditável...

22: A ISO 26000?

CO: Sim. Queremos ser os primeiros a ser registrados no Canadá.

22: É possível ter padrões para a responsabilidade social?

CO: Temos de encontrar uma maneira, porque, se olharmos para a análise de ciclo de vida, ela nem toca na questão social. Temos de ser capazes de avaliar os impactos sociais dos produtos, das empresas em suas regiões.

22: Como o consumidor pode diferenciar uma empresa verde, se tudo o que vê é o produto?

CO: Hoje é difícil, porque não há um padrão universal. Estamos trabalhando com várias universidades e movimentos que querem implementar padrões para a análise de ciclo de vida.

22: Só resta confiar nas empresas...

CO: Sim. Mas para uma marca como a da Interface, se alguém nos pegar mentindo, seria devastador para nossa missão, nossa empresa, nosso negócio. Somos muito cuidadosos com o que dizemos, queremos ter certeza de que podemos comprovar. O *greenwash* existe e nossa tarefa é educar as pessoas para saberem diferenciar o que é *greenwash* e o que é verdade. Um exemplo: encontramos uma maneira de reciclar o náilon. A parte de trás dos nossos carpetes é reciclada, não totalmente, mas uma porcentagem é de material reciclado após o consumo, não após o uso industrial. Se alguém quiser saber onde estamos nesse aspecto, basta entrar no website, onde estão as certificações e o nosso sistema de auditoria.

22: Há fibras naturais que substituem o náilon?

CO: Encontramos algumas, mas não as introduzimos. Já usamos um náilon feito a partir de milho, em vez de petróleo. No começo, parecia ótimo e tínhamos cerca de 25% desse material — chamado PLA — em nosso produto. A análise de ciclo de vida mostrou que havia muita energia embutida naquele material, se comparado ao náilon. E descobrimos que o milho era geneticamente modificado — somos contra isso. De um lado fugimos do petróleo, mas de outro não diminuimos nossa pegada. Em vez do PLA,

desenvolvemos um processo para reciclar o náilon pós-consumo de uma maneira que não se usa tanta energia.

22: A Interface quer crescer à custa de competidores ineficientes. É possível crescer sempre e ser sustentável?

CO: A maior parte dos carpetes na América do Norte e na Europa é de *broadloom*, que vai de parede a parede. Somos os únicos a fazer carpete modular, e podemos crescer enormemente. O *broadloom* não pode ser tão eficiente em termos de sustentabilidade como o modular, é impossível. Nosso crescimento vem de tirar mercado do *broadloom* e, acredite, não será amanhã que conquistaremos 80% do mercado, temos um longo caminho. Acreditamos que haverá tanta pressão pelo produto sustentável feito por companhias sustentáveis que será fácil manter o crescimento. Desde 2003, a Interface vem conquistando participação de outras companhias. Hoje, nossa fatia, no sistema modular, está na casa de 30% a 35%.

22: Quanto a empresa investiu no processo da sustentabilidade desde 1994?

CO: Não tenho esse número, mas só em 2002, nos EUA, investimos US\$ 12 milhões em equipamentos que nos permitem reciclar PVC e transformá-lo em outro componente de PVC para o nosso produto.

22: Qual o retorno? As ações da Interface na Nasdaq recuperam-se de uma longa queda, qual o valor do processo da sustentabilidade para o investidor?

CO: Há 13 anos, Ray viu que isso poderia ser um ativo para a empresa. Hoje, eu reverteria



QUIMET, vice-presidente da Interface para Canadá e América Latina, diz que o consumidor não tem como distinguir uma empresa verde de uma marrom

retorno — como convencer que uma empresa verde é uma boa opção?

CO: Primeiro, provamos que é possível ser verde. Aumentamos nossas vendas na América Latina em 64% no ano passado, porque trouxemos essa mensagem. As pessoas querem fazer negócio com quem é verdadeiro e está tentando fazer a diferença. E os acionistas dizem: “Graças a Deus ouvimos você, Ray”. Porque, hoje, a Interface está onde nenhuma outra empresa está, tem um diferencial, e é isso que Wall Street reconhece. Um ano e meio atrás fomos ao mercado e oferecemos ações, que tinham preço muito bom e venderam como água, porque as pessoas percebem que o retorno sobre o investimento é ótimo se você fizer a coisa certa. Elas fugiriam se pensassem que estamos mentindo!

22: O consumidor paga a mais pelo produto Interface?

CO: Não. Economizamos mais de US\$ 300 milhões em 13 anos. Esse dinheiro, em grande parte, foi reinvestido para tornar a companhia verde.

22: A Interface é uma empresa sustentável?

CO: Não. Nossa meta é não ter nenhuma pegada até 2020. Estamos investindo nisso... o equipamento de US\$ 12 milhões não é porque precisamos de mais capacidade, mas porque a missão é ser sustentável antes de 2020. É o chamado *backcasting*: se quero chegar lá em 2020, o que preciso fazer em 2007? Temos mantido o ritmo, com auditoria a cada trimestre, para ver se estamos melhorando, por que não estamos melhorando, se precisamos de novas tecnologias, contratar pessoas ou conversar com um biólogo. ■

a pergunta. Não pense nos custos de tornar sustentável, mas no custo de não se fazer nada. Cada vez mais as pessoas vão demandar produtos verdes, e uma marca, seja Coca-Cola, seja Wal-Mart, não vai querer estar associada ao problema, mas às soluções

para a sustentabilidade sobre a Terra. Portanto, é preciso investir para proteger a marca. O custo de não fazer nada é muito maior do que o de fazer algo.

22: O mercado financeiro espera



OS CARAS-DE-PAU



✦ POR REGINA SCHARF

Primero ganhe dinheiro. A virtude vem depois. Esse conselho de Horácio, epicurista romano que viveu pouco antes de Cristo, anda muito popular. Setores da economia difíceis de engolir em termos socioambientais e éticos estão investindo uma bolada para adquirir um certo lustro politicamente correto. *Greenwash*, dirão alguns. É melhor do que nada, responderão outros.

Um dos patronos dessa filosofia é a indústria da guerra. O Pentágono está investindo alguns milhões de dólares no desenvolvimento de balas produzidas sem chumbo — matar, matam, mas não contaminam o meio ambiente.

Hoje, o Exército dos EUA dispara cerca de 17 milhões de balas anualmente em seus treinamentos, deixando um saldo residual de 136 toneladas de chumbo. Evidentemente, essa contabilidade muda de escala se incluirmos a munição gasta no Iraque, no Afeganistão e que tais. Para minimizar o problema, já está sendo testada uma

munição alternativa, à base de tungstênio e náilon, para pistolas, fuzis e metralhadoras.

A Marinha americana também decidiu “endurecer, sem perder a ternura”. Ela estabeleceu novas regras sobre o que pode ou não ser escrito nos foguetes disparados em zonas de conflito, para que os seus alvos não sofram ofensas morais. A decisão deriva de um episódio ocorrido no Afeganistão em 2001, quando foi lançado um foguete com uma mensagem que questionava a masculinidade dos talebans, o que gerou protestos da militância gay. Outra vez: matar, eles matam, mas não melindram ninguém.

Como as Forças Armadas, as indústrias do tabaco e da energia nuclear também têm se esforçado em demonstrar seus bons sentimentos.

Tome-se o caso dos cigarros da marca Natural American Spirit, fabricados pela Santa Fe Natural Tobacco Company, comprada recentemente pela Reynolds. A empresa informa que seus produtos só empregam a

folha de tabaco, sem qualquer aditivo, e que uma parte da sua linha é 100% orgânica. Ela também divulga que não realiza testes com animais e que doa parte dos seus lucros a projetos ligados a grupos indígenas. As boas intenções não convenceram.

A Organização Mundial de Saúde lançou, no ano passado, um alerta de que a propaganda desse tipo de produto pode levar os usuários a acreditar, erroneamente, que ele não é tóxico. Evidentemente, é.

A indústria nuclear é outra que embarca nessa onda. Ela tem buscado emplacar como alternativa ideal à queima de combustíveis fósseis no combate ao aquecimento global. De fato, as 437 usinas hoje em funcionamento, que respondem por 16% da eletricidade global, não emitem gases estufa.

Daí a achar que esse é um modelo benfazejo para o meio ambiente vai uma distância enorme. Uma distância de Three Mile Island a Chernobyl.

Não são poucos os promotores do “milagre nuclear”. Alguns, insuspeitos, como James Lovelock, cientista mais conhecido por sua Teoria de Gaia, que vê o planeta como um megaorganismo vivo. No ano passado, ele declarou a uma rádio da Califórnia que “daria as boas-vindas a resíduos nucleares depositados no seu quintal”.

Afirmou que os perigos associados à radioatividade eram exagerados, que o volume de resíduos gerados não era tão expressivo e que, para mitigar as mudanças climáticas, deveríamos “encarar o nuclear como uma espécie de remédio que precisamos tomar”. Lovelock é bastante

LAVANDERIA VERDE

O Pentágono passou a desenvolver balas sem chumbo para matar, mas sem contaminar o meio ambiente. Cigarros da marca Natural American Spirit são orgânicos e ajudam os índios, mas continuam tóxicos

SETORES **DIFÍCEIS DE ENGOLIR** EM TERMOS SOCIOAMBIENTAIS E ÉTICOS **ESTÃO INVESTINDO UMA BOLADA** PARA GANHAR LUSTRO POLITICAMENTE CORRETO

venerado nos meios ambientalistas — pelo menos era, até começar a dar esse tipo de declaração.

Outro defensor do nuclear, George W. Bush, surpreendeu aqueles que acreditavam que ele mantinha uma relação monogâmica com o petróleo. Mais de uma vez o presidente americano declarou que é hora de voltar a construir usinas nucleares nos EUA, inclusive como forma de combater o aquecimento global.

Será que faz algum sentido vender cigarros, armas e energia nuclear como aliados da luta ambiental? Aparentemente, há muita gente que compra essa idéia.

Um debochado documentário de 2003, *The Yes Man*, demonstrou que é possível fazer *greenwash* dos conceitos mais espúrios entre platéias seletas — e passar incólume.

O longa-metragem mostra dois indivíduos, Mike Bonanno e Andy Bichlbaum, que se passam por representantes da Organização Mundial do Comércio ou de multinacionais, como o McDonald’s, e dizem as maiores barbaridades em universidades e conferências — sem que os seus interlocutores percebam que se trata de uma sátira.

Interessante ver como a maioria das audiências reage impassível e crédula à defesa de idéias como a da “escravidão piedosa” — vendida como solução para a África. Num seminário do setor têxtil finlandês, em que os Yes Men fingem pertencer à OMC, Bichlbaum despe seu terno e revela um macacão dourado com uma gigantesca estrutura fálica inflável entre as pernas, com um monitor de vídeo na ponta.

O equipamento permitiria a executivos instalados no Primeiro Mundo acompanhar em tempo integral as atividades nas *sweat shops* asiáticas, controlando a sua produtividade e evitando a fuga de trabalhadores. Apenas uma participante se mostrou ofendida com a apresentação — estaria o palestrante insinuando que só os homens poderiam monitorar o trabalho em *sweat shops*? ■



Uma porta de ENTRADA

■ ■ ■ POR CARLOS EDUARDO LESSA BRANDÃO

Na natureza, os organismos e grupos de organismos com maior chance de sucesso apresentam algumas características comuns: respeitam os princípios de auto-organização, diversidade e interdependência. Nos grupos sociais, essas mesmas características se desenvolvem melhor em processos nos quais há participação, transparência, responsabilidade e prestação de contas, além de honestidade. Como consequência, o nível de confiança tende a aumentar, otimizando o desempenho do grupo a curto e a longo prazo.

Grupos sociais podem ser tanto uma empresa como uma comunidade ou a sociedade. E muitas das características de sucesso estão ligadas ao que se convencionou chamar, no jargão empresarial, de governança corporativa. Mas ela não se aplica apenas às empresas e pode, em universos maiores, promover uma postura de respeito e responsabilidade, alinhada com a sustentabilidade global.

Governança corporativa é o sistema pelo qual as

segmento especial de listagem de ações, hoje com 66 participantes, que exige padrões de governança superiores à legislação em termos de transparência (divulgação de informações), proteção aos acionistas minoritários e solução de conflitos societários por meio de câmara de arbitragem, entre outros requerimentos contratuais.

No Brasil, 15 empresas com práticas acima da média mostraram-se maiores, mais valiosas, com maiores múltiplos de mercado, mais rentáveis operacionalmente, mais líquidas, pagadoras de maiores dividendos e mais solventes a curto prazo do que a mediana das companhias listadas na Bovespa. Os resultados estão expressos no livro *Governança Corporativa em Empresas de Controle Familiar: Casos de Destaque no Brasil*, publicado em 2006 pelo IBGC.

Outra evidência, essa mais direta, está na evolução do Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), que inclui ações de empresas que aderiram ao Nível 1, ao Nível 2 ou ao Novo Mercado da Bovespa: valorização de 433%, ante 216% do Ibovespa (de junho de 2001 até março de 2007).

A adoção dessas práticas pressupõe o cumprimento

de leis e regulamentos, mas não garante a eliminação das fraudes. Além de muitas práticas de governança corporativa não serem obrigatórias por lei, a conduta das empresas também depende da capacidade de cada país em aplicar leis e regulamentos vigentes. A evolução do sistema de governança nas empresas, então, varia de acordo com seu contexto específico, que envolve desde o mercado de atuação, o nível de entendimento entre os sócios, a cultura da organização até as condições do ambiente regulatório, político e econômico.

PRÓXIMA ESCALA

Mas há outras referências para o desenvolvimento da governança corporativa. No Brasil, destaca-se o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC, que se baseia em quatro princípios: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. De acordo com o último princípio, conselheiros e executivos devem zelar pela perenidade das organizações e, portanto, incorporar considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações. Isso implica uma visão mais ampla da estratégia empresarial, contemplando um espectro maior dos relacionamentos da organização.

Os quatro princípios básicos estão presentes em diversos aspectos valorizados no âmbito da sustentabilidade empresarial, como a estratégia de longo prazo, o gerenciamento de riscos, a consideração de aspectos intangíveis, a qualidade dos relacionamentos com as diversas partes interessadas e a responsabilidade pelos atos e omissões, que, cedo ou tarde, terão reflexos no

valor econômico da empresa. Ao adotar as melhores práticas de governança, o espectro dos *stakeholders* pode ser ampliado, permitindo a antecipação de riscos e oportunidades antes nem cogitados. No aspecto ambiental, pode-se ir além de iniciativas de ecoeficiência com a redefinição de produtos/serviços e reavaliações dos modelos de negócios.

Pelos seus benefícios diretos na gestão das empresas e por facilitar o acesso ao capital, a governança corporativa pode funcionar como uma porta de entrada para a sustentabilidade no ambiente corporativo. As empresas “iniciadas” em governança estarão mais alinhadas com a sustentabilidade empresarial e global, mais bem capacitadas a gerenciar riscos, identificar oportunidades, tomando-se mais longevas e com melhores resultados econômico-financeiros.

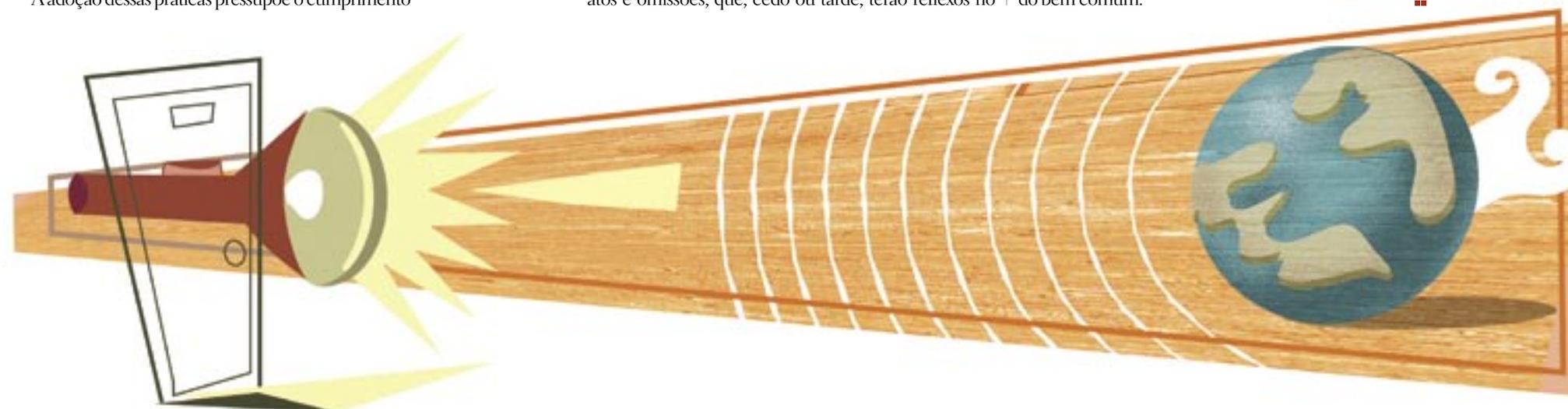
Assim como as empresas começam a perceber que entender e respeitar seu entorno são cruciais para a sustentabilidade global, a sociedade como um todo deverá atentar para a importância da qualidade da estrutura e da forma de atuação das instituições públicas.

A sustentabilidade embute um aspecto de ordem ética, pois tem a ver com escolhas da sociedade como um todo. Isso envolve organizações governamentais mais transparentes, maior prestação de contas em todas as instâncias do governo, maior possibilidade de cobrança por parte dos eleitores aos seus representantes e sistemas regulatório e legal alinhados com a sustentabilidade global. Mais uma vez, os princípios básicos de governança corporativa poderão servir de inspiração para a busca do bem comum. ■

A GOVERNANÇA CORPORATIVA PODE INSPIRAR EMPRESAS A INCORPORAR A SUSTENTABILIDADE E SOCIEDADES A BUSCAR O BEM COMUM

organizações são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas/cotistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal. As boas práticas de governança têm a finalidade de preservar e aumentar o valor da organização, facilitar o acesso ao capital e contribuir para a sua longevidade.

O movimento pela governança corporativa ganhou corpo no Brasil nos últimos dez anos. Em 1995, nasceu o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e, em 2000, a Bovespa criou o Novo Mercado, um



RESULTADOS NA BOLSA

De junho de 2001 a março de 2007, as ações de empresas comprometidas com a governança corporativa negociadas na Bovespa valorizaram-se 433%, ante 216% do Ibovespa



A produção do NÃO-LUGAR

✦ POR JOÃO LUIZ HOEFFEL, ALMERINDA FADINI E CRISTINE SUAREZ

O turismo tem sido apresentado como um dos segmentos econômicos com maiores índices de crescimento e como alternativa para regiões onde atividades produtivas tradicionais não proporcionam mais condições de sobrevivência para as suas populações. Em relação ao ambiente natural, em especial em unidades de conservação, o turismo ambiental coloca-se como uma atividade econômica e sustentável. Entretanto, muitas vezes ocorre uma disparidade entre as potencialidades desse fenômeno turístico e seu desenvolvimento na prática, em especial quando este cria novos lugares, descaracteriza as singularidades geográficas e limita a visão do turista com relação ao destino.

O turista busca ir ao encontro de determinadas imagens que se formam em sua mente e os promotores

turísticos procuram captar essas imagens e reproduzi-las. Nesse sentido, o espaço se reveste de visões simbólicas, formadas não por um projeto de reconstrução objetiva do mundo, mas por sonhos

que acabam criando no espaço global um lugar que nega as suas particularidades, ou seja, um não-lugar. Assim, transforma-se o espaço turístico em um cenário que não respeita a identidade da localidade e de seus moradores, onde o turista se entrega às manipulações das imagens, desfrutando a própria alienação e a dos outros.

Como resultado, o turismo cria uma idéia de reconhecimento das imagens antes veiculadas, mas não estabelece uma relação com o lugar, impondo novas territorialidades e transformando o lugar e suas paisagens naturais em mercadorias simbólicas e em espetáculos que povoam o imaginário social.

SITUAÇÃO DO SISTEMA CANTAREIRA

A Área de Proteção Ambiental do Sistema Cantareira é uma unidade de conservação localizada na Região de Bragançana — Estado de São Paulo — e foi criada com o objetivo de manter e melhorar a qualidade da água, especialmente no entorno dos reservatórios do Sistema Cantareira, que abastecem as regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas. No entanto, esta APA ainda não foi regulamentada, o que tem determinado conflitos entre os diversos atores sociais presentes na região, pelo direito ao uso da água e do solo.

A Região Bragançana, devido à dificuldade de acesso, passou por um lento processo de urbanização que permitiu a conservação de um patrimônio histórico, cultural e natural, onde se destacam remanescentes significativos de Mata Atlântica. Porém, tem se observado nessa região

intensas transformações socioambientais estimuladas pela beleza cênica favorecida pela implantação dos reservatórios do Sistema Cantareira e pela recente duplicação das rodovias regionais. Esse quadro pode ser verificado pelo expressivo crescimento populacional, que nas últimas décadas (1980-2000) foi superior a 70%, e por um incremento no processo de urbanização, industrialização e, em especial, turístico, que nem sempre ocorrem de forma ambientalmente adequada.

Com relação ao turismo, verifica-se que os visitantes vêm em busca de atrativos naturais e culturais, que são vendidos pelo uso de imagens em publicidades e folhetos, como uma área de “natureza selvagem” ainda preservada no entorno de São Paulo. Essa situação configura-se como a mercantilização de um simulacro, de uma falsa realidade, que se reflete nas idéias de natureza de diferentes turistas e de outros atores sociais e que não expressa a realidade regional.

Verifica-se, assim, que, ao privilegiar os interesses econômicos e os anseios dos visitantes, as atividades turísticas têm gerado o aparecimento de não-lugares, que negam as características sociais, culturais, ambientais e históricas do local. Esses não-lugares configuram-se como localidades que alteram as paisagens e o modo de vida tradicional em prol de uma imagem idealizada, nas quais se repetem signos de outros lugares e se criam



PARADOXOS DA PUBLICIDADE

Na região do Sistema Cantareira, principal manancial para o abastecimento de água à metrópole paulista, o turismo e a ocupação são incentivados por um tipo de propaganda que apela para uma pretensa valorização da natureza

FLAGRANTE do processo de expansão urbana em Bragança Paulista, à beira do reservatório dos rios Jaguari e Jacareí

imaginários turísticos voltados para propiciar conforto, aventura, lazer, segurança e prazer, mesmo que esses atributos não sejam tão autênticos.

PROXIMIDADE SIMULADA

Esta nova concepção da região bragantina como um não-lugar pode ser observada no apelo das propagandas elaboradas por diversos empreendedores regionais, em que frases do tipo “Venha para o paraíso” ou “Fuja do estresse” procuram descrever os loteamentos, condomínios, pousadas, marinas, entre outros, como o lugar dos sonhos, como o paraíso. A propaganda utiliza-se de uma insatisfação com a qualidade da vida urbana contemporânea e da busca por uma diferente realidade cotidiana que, somadas às características socioambientais da região, onde mais uma vez se ressalta a presença do reservatório e de remanescentes de Mata Atlântica, têm colaborado para o processo intenso de ocupação que vem ocorrendo nessa área.

Também se pode analisar essa questão, considerando o desejo antagônico de se sentir próximo de algo ou de algum lugar, sob o ponto de vista de que o turista, ao procurar esses espaços de sonhos, tenta transformar sua experiência em algo familiar, conhecido, que possa estar entrelaçado à sua rotina. Só que, nesse processo, por trazer consigo o estilo de vida diário, hábitos, exigências e comportamentos, os turistas estão na verdade longe do local que visitam, pois conhecem pouco as características desse espaço e, dessa forma, não se integram realmente com a localidade e com os seus moradores.

Outro aspecto a considerar é que, pelo fato de a intensificação do uso da terra não ter sido orientada por políticas públicas efetivas de conservação ambiental e não haver participação de comunidades locais no planejamento regional, o patrimônio histórico, cultural e natural vem passando por um intenso processo de descaracterização ambiental que compromete sua sustentabilidade. ■

Esta análise integra uma das pesquisas que o Centro de Estudos Ambientais — Sociedades e Naturezas (CEA-USF) da Universidade São Francisco vem desenvolvendo desde 2001, com temas relacionados ao planejamento integrado e participativo, turismo, à educação ambiental, identidade local e proteção dos recursos naturais da Região Bragançana e seu entorno.



YO AMO NY

POR RAUL RAICHTALER

Na mistura humana da “capital do mundo”, a presença de gente oriunda das outras Américas é crescente. Entre os mais de 8 milhões de habitantes de Nova York, o último censo identificou 27% de hispânicos ou latinos, vindos, sobretudo, de países como México, Colômbia, Equador, Brasil e Cuba. Alojados em geral às margens, sombras e frestas da metrópole, raramente conquistam salários e padrão de vida confortáveis, mesmo quando trabalham legalmente. As relações entre essas pessoas e a cidade que as rejeita e acolhe e a dupla via de influências entre as comunidades e a sociedade na qual se inserem e se apartam são temas que estas imagens procuram investigar.









PEGADA SINGULAR

PAÍS ÚNICO EM TERMOS NATURAIS, A AUSTRÁLIA DESTACA-SE TAMBÉM PELO RÁPIDO RITMO DE CRESCIMENTO DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA. E PELA RECUSA EM PARTICIPAR DO PROTOCOLO DE KYOTO APESAR DE SUA META CONFORTÁVEL

✦ POR FLAVIA PARDINI

Conhecida pelos endemismos — plantas e animais que só existem ali, como as exóticas Banksias e os vombates —, a Austrália não é única apenas no mundo natural. Em relação à polêmica sobre a participação humana no aquecimento global, os australianos se destacam como um dos poucos países desenvolvidos que, pelo Protocolo de Kyoto, podem aumentar as emissões de gases de efeito estufa e contabilizar os impactos de evitar a derrubada de vegetação para estabelecimento da agricultura. Ainda assim, a Austrália se recusou a ratificar o Protocolo, alegando custos elevados para a economia.

O país é também o primeiro a abraçar a causa das nações tropicais e a apoiar medidas para reduzir o desmatamento. Em março, o governo do primeiro-ministro conservador, John Howard, anunciou um pacote de A\$ 200 milhões para ajudar os países em desenvolvimento com pesquisa e monitoramento, além de outras ações para evitar o desflorestamento. A iniciativa australiana é louvável e responde aos anseios de várias nações

que apresentaram propostas sobre o assunto na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (*Análise à pág. 60*). Mas foi recebida com ceticismo internamente. “Esses A\$ 200 milhões saíram do nada”, diz Ray Wills, presidente da Western Australia Sustainable Energy Association. “É apenas uma tentativa de capturar as manchetes.”

Às vésperas de eleições federais em que concorrerá ao quarto mandato — o pleito deve ocorrer até o fim do ano, mas ainda não há data marcada —, Howard enfrenta uma oposição, encabeçada pelo líder do Partido Trabalhista, Kevin Rudd, engajada na questão ambiental. E, há pouco menos de um ano, começou a sentir a pressão da opinião pública para que a Austrália seja proativa quanto à mudança climática. Uma pesquisa divulgada em março pelo The Chicago Council on Global Affairs mostrou que 92% dos australianos são favoráveis a medidas para enfrentar o aquecimento global e 69% defendem a ação, “mesmo que envolva custos significativos”.

EMBORA RESPONSÁVEL POR APENAS 1,43% DAS EMISSÕES GLOBAIS DE GASES DE EFEITO ESTUFA, A AUSTRÁLIA TEM UMA DAS MAIS ALTAS TAXAS PER CAPITA DO MUNDO

O panorama não era esse há até pouco tempo, lembra Wills. A maré começou a virar, segundo ele, com o lançamento do documentário de Al Gore, *Uma Verdade Inconveniente*, em abril do ano passado. A partir de então, o público vem sendo bombardeado por notícias externas, do processo movido pelo governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, contra montadoras de automóveis ao anúncio da Virgin Blue de que os lucros da companhia aérea nos próximos dez anos vão para o desenvolvimento de fontes renováveis de energia – sem contar a divulgação dos relatórios do IPCC sobre causas, conseqüências e custos do aquecimento global.

Mas outros dois fatos tiveram peso, acrescenta Wills. No fim de 2006, líderes de 16 congregações religiosas lançaram um documento pedindo ações imediatas para enfrentar o aquecimento global. E, no início de 2007, o australiano Rupert Murdoch, dono do império midiático News Corp., anunciou que pretende tornar suas empresas neutras do ponto de vista de emissões de carbono até 2010. A conseqüência imediata foi uma mudança no tom da cobertura jornalística sobre o aquecimento global, até então cético quanto à necessidade de medidas para conter as emissões australianas.

Na esteira desses acontecimentos, o governo Howard anunciou a iniciativa florestal e acatou, no início de junho, os resultados de uma força-tarefa governamental que recomendou que a Austrália adote um esquema de *cap-and-trade* para emissões de gases de efeito estufa a partir de 2012. Como o esquema funcionará, os limites de emissão e o preço do carbono, entretanto, pairam no ar e os agentes econômicos vivem seu pior pesadelo: a incerteza.

NEM CÁ NEM LÁ

A Austrália é responsável por 1,43% das emissões globais de gases de efeito estufa, segundo um estudo da Commonwealth Scientific and Industrial Research Organization (CSIRO), a agência científica nacional. Com pouco menos de 21 milhões de habitantes, ou 0,31% da população mundial (o Brasil tem 2,8%), o país exibe uma das maiores taxas de emissões per capita do mundo, semelhante a outras nações desenvolvidas. Mas há uma particularidade que deixa a Austrália mais próxima dos países em desenvolvimento: o ritmo de crescimento das emissões, duas vezes maior do que a média global.

Além do fato de que a economia australiana exibe taxas robustas de crescimento há 16 anos, há uma questão de eficiência, medida pela intensidade de carbono na geração de energia – quanto menor essa intensidade, mais eficiente o processo. “A intensidade de carbono da energia na Austrália, no momento, é a segunda maior do mundo, comparável à da Índia”, diz Michael Raupach, pesquisador da CSIRO. “A da China é um pouco maior, e a de todos os outros países desenvolvidos é muito menor, em pelo menos 25%”.

A meta negociada pela Austrália na Convenção do Clima permite um aumento de 8% sobre o nível de emissões em 1990 e, como gosta de alardear o governo, provavelmente será cumprida – mas graças à drástica redução na derrubada de árvores, principalmente no estado de Queensland. “A Austrália recebeu uma meta muito leniente sob Kyoto e, junto com a Noruega e a Islândia, é a única nação industrializada que pode aumentar as emissões de gases de efeito estufa”, diz a Australian Conservation Foundation (ACF), uma respeitada organização ambientalista, em seu website.

Na época, os negociadores argumentaram que, embora seja uma nação ocidental, a economia australiana

O TERRITÓRIO australiano é conhecido pelos **endemismos, plantas e animais que só existem ali, como o vombate e a Banksia. Há previsões de que alguns desses tesouros desapareçam com o aquecimento global**



ainda está em desenvolvimento e conta com uma base de recursos naturais em expansão. A Austrália é o maior exportador de carvão do mundo e seus principais clientes são países asiáticos, cujo crescimento econômico mantém a economia global girando e suporta o elevado déficit externo dos EUA e a cultura consumista americana.

Além da meta confortável, o ano-base para cálculo das emissões, 1990, representou um período de taxas elevadas de desmatamento e a Austrália negociou para que elas fossem incluídas em sua linha de base, facilitando o cumprimento. Em 1997, o governo sabia que o ritmo de desmatamento teria de ser controlado, pois crescia a pressão da opinião pública e a exposição do solo começava a causar problemas de salinidade, com a subida dos lençóis freáticos trazendo sal para a superfície e inviabilizando a agricultura.

MERA COINCIDÊNCIA?

Em Queensland, no nordeste do país, a derrubada da vegetação nativa acelerou-se na segunda metade do século XX e, segundo a Wilderness Society, nos 50 anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial desmatou-se mais do que nos 150 anos anteriores. Era o começo da

agricultura na região e, como no Brasil da ditadura militar, o governo incentivava os colonos a “limpar” seus lotes para estabelecer culturas e pastagens, e povoar a região.

Na década de 80, surgiram os primeiros sinais de erosão, poluição e aumento da salinidade da água, e o movimento ambientalista iniciou uma grande campanha para limitar o desmatamento, com algum sucesso na esfera local. Em 1999, enquanto os governos estadual e federal debatiam acirradamente sobre quem deveria compensar os proprietários de terras, mais de 1 milhão de hectares foram desmatados em um episódio que ficou conhecido como “Panic Clearing”. Ao final do ano, Queensland tinha a sexta maior taxa de desmatamento do mundo. O governo levou alguns anos para estabelecer controles na prática, mas a partir de 2006 tornou-se proibido o corte de vegetação nativa.

Sem a redução nas emissões devido a mudanças uso da terra – o que inclui o desmatamento –, estima-se que o atual inventário australiano mostraria emissões 28% maiores do que em 1990. Em vez disso, as emissões em 2005 eram apenas 2,2% maiores do que em 1990.

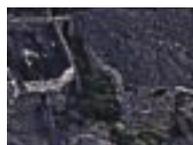
Apesar da permissão para aumentar as emissões e contabilizar os efeitos da redução do desmatamento, a



FLORESTA SEM PÂNICO

A redução na derrubada da vegetação nativa no estado de Queensland ajuda a Austrália a cumprir a meta de Kyoto, mas é um evento que não se repetirá. O corte de árvores foi proibido em 2006





DO SOL AO FUNDO DA TERRA

Cerca de 85% da energia gerada na Austrália vem da queima do carvão. Mas há muitas oportunidades para limpar a matriz: o país é dotado de sol, ventos e energia geotérmica. Além disso, abundam oportunidades para conservação

Austrália se negou a assinar o Protocolo de Kyoto, alegando altos custos para a economia e uma suposta vantagem dada aos países em desenvolvimento por não possuírem metas de redução de emissões. “Não era com essa meta que eles estavam preocupados”, diz Ray Wills, referindo-se aos negociadores australianos. “Mas com a próxima.”

Sem participar do Protocolo, mas querendo aparecer bonito na fita, os australianos pagaram o preço: não podem se beneficiar dos mecanismos previstos pela ONU para baratear o corte de emissões – a compra, por exemplo, de créditos de carbono gerados a partir de projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) em países como o Brasil.

DA FLORESTA PARA O ATERRO

Assim como nos EUA, apesar da recusa federal em participar do esforço internacional em conter as emis-

sões, os estados australianos tomaram a iniciativa. Em New South Wales existe, desde 2003, um esquema de negociação de permissões para emissão gases de efeito estufa. E recentemente todos os estados e territórios firmaram compromisso, com o apoio da oposição, para estabelecer um mercado de carbono até 2010, com a intenção de limitar as emissões em 60% até 2050.

O brasileiro Fabiano Ximenes, desde 1997 na Austrália, espera mudar as regras desse esquema e influenciar os mercados que ainda serão criados. Pesquisador do setor florestal do Departamento de Indústrias Primárias do governo de New South Wales, Ximenes estudou o ciclo de vida de produtos madeireiros e demonstrou que, embora se considere todo o carbono armazenado nas árvores como emitido no momento do corte, parte dele permanece na madeira e nos produtos elaborados a partir dela. “Até mesmo quando esses materiais vão

para o aterro sanitário”, diz o pesquisador.

Ele conta que, graças ao debate e às campanhas para reduzir o desmatamento realizados nas décadas de 80 e 90, quase a totalidade da exploração florestal comercial na Austrália hoje é feita de maneira sustentável em áreas manejadas, de responsabilidade dos governos estaduais. Ao analisar as principais espécies de árvores usadas pela indústria, Ximenes observou que 70% do carbono resiste à derrubada, ao corte das toras nas serrarias, e permanece nos produtos – mesas, cadeiras e ripas para construção, entre outros. Ao final de sua vida útil, 90% dos produtos madeireiros acabam nos aterros sanitários australianos, acrescenta o pesquisador. Ali, 30% do carbono permanece na madeira depois de 100 anos. “O tempo que interessa para as mudanças climáticas”, afirma.

A idéia é que as empresas que manejam áreas florestais para fabricação de produtos madeireiros possam

O PAÍS JÁ SENTE OS EFEITOS DO AQUECIMENTO GLOBAL. NA REGIÃO OESTE, AS CHUVAS DIMINUÍRAM 20% NOS ÚLTIMOS 30 ANOS, AFETANDO O CULTIVO DE TRIGO E UVAS

contabilizar o carbono que permanece armazenado e recebam créditos por isso, gerando um efeito benéfico em toda a cadeia. Isso traria o reconhecimento, segundo Ximenes, de que o uso da madeira – um recurso renovável – é melhor do ponto de vista ambiental do que o de outros materiais, como tijolos e cimento, que demandam muita energia na fabricação.

OPÇÕES EM ABERTO

A pesquisa de Ximenes é apenas uma entre a miríade de iniciativas que tentam reduzir a pegada ecológica australiana. Embora em alguns aspectos a Austrália se assemelhe aos países em desenvolvimento, tem mais opções para agir, diz Michael Raupach, da CSIRO. O setor de renováveis é bem-dotado – o país tem provavelmente um dos territórios mais ensolarados do mundo, ventos abundam e a energia geotérmica é viável –, há oportunidades para conservar energia, e é possível incentivar um *design* urbano que reduza o uso de combustíveis fósseis. Com grande parte do território em áreas de deserto, 83% da população australiana vive nas cidades, mas, dentro delas, espalha-se por subúrbios cada vez mais longínquos e dependentes do transporte individual.

Mais do que isso, a Austrália é um dos primeiros países a contabilizar impactos econômicos devido ao aquecimento global. A queda de 20% na precipitação de chuvas na região Oeste nos últimos 30 anos – cuja causa são as mudanças nos padrões climáticos globais, aponta o consenso científico – afeta plantações de trigo e vinícolas. Sem sinais do governo sobre a política em relação às emissões de carbono, entretanto, o setor privado prefere não investir, nem mesmo em novas tecnologias.

“A menos que ajamos decisivamente, a Austrália vai permanecer na sombra da economia global das energias limpas, que deve movimentar mais de US\$ 225 bilhões em uma década”, diz John Connor, presidente do Climate Institute, grupo independente que visa conscientizar os australianos sobre as mudanças climáticas. Se o cenário pintado por Connor se concretizar, a Austrália realmente será um país único, pelo menos economicamente. Todas as previsões indicam que, com o aumento da temperatura e a mudança nos padrões de chuva, pequenos tesouros do mundo natural australiano desaparecerão, entre eles as Banksias. ■

MAIOR EXPORTADORA de carvão, a Austrália alimenta o crescimento das economias asiáticas que, por sua vez, sustentam o déficit externo e o consumismo americanos





Problema e solução nas FLORESTAS

... POR MARIANO COLINI CENAMO

Nas próximas 24 horas, o desmatamento das florestas tropicais será responsável pela mesma quantidade de CO₂ emitida do que se 8 milhões de pessoas viajassem diariamente de Londres a Nova York de avião. Publicados pelo jornal inglês *The Independent* em meio aos últimos encontros da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática e do grupo dos sete países mais ricos do mundo mais a Rússia (G8), os números colocam em perspectiva a urgência de um acordo que resulte na redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) por desmatamento.

Responsável por um quinto das emissões globais, o desmatamento de florestas tropicais traz ainda prejuízos não contabilizados com a perda de biodiversidade, a produção de chuva, a regulação dos ciclos hidrológicos e outros serviços ambientais. Apesar disso, nem a Convenção Quadro nem o Protocolo de Kyoto contemplam ações para a redução dessas emissões.

Não bastassem os diversos benefícios associados à conservação florestal, conter o desmatamento é ainda a forma mais barata de reduzir as emissões de GEE, indica um estudo realizado por 11 cientistas de renome, entre eles o brasileiro Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Segundo dados do mais recente relatório do IPCC, a metade mais barata do potencial para redução das emissões mundiais nos próximos

anos está na diminuição do desmatamento tropical.

Mas, enquanto tal forma de redução é considerada “barata” para os países ricos, manter a floresta a salvo da exploração ilegal de madeira e da expansão da fronteira agropecuária custa caro às nações em desenvolvimento. A lógica do desmatamento é econômica: a floresta é derrubada para dar lugar à agricultura e a outras atividades mais rentáveis. Foi derrubando suas florestas que os países desenvolvidos cresceram e é deles, de longe, a maior contribuição para o aquecimento global.

As florestas ainda conservadas nos países tropicais

armazenam cerca de mil gigatoneladas de carbono, ou o dobro do total acumulado atualmente na atmosfera. A manutenção desse estoque é reconhecida como um serviço prestado pela floresta e, por isso, os

países detentores dessas áreas verdes remanescentes deveriam receber compensações financeiras por sua preservação. Nenhuma nova tecnologia milionária é necessária, apenas vontade política.

O tema sempre foi alvo de grande polêmica na Convenção Quadro e infelizmente um acordo ainda parece distante. Banido da pauta de discussão em 2001 sob a alegação de que não se sabia ao certo a real contribuição do desmatamento para as mudanças climáticas e que sua inclusão poderia afetar a integridade ambiental do Protocolo de Kyoto, o assunto voltou à agenda da Convenção em 2005, sob grande pressão de entidades

CONTER O DESMATAMENTO É A FORMA MAIS BARATA DE REDUZIR EMISSÕES DE CARBONO. NÃO HÁ IMPEDIMENTOS TÉCNICOS. FALTA APENAS VONTADE POLÍTICA



NO CENTRO DAS DISCUSSÕES

A proposta brasileira, única que apresenta metodologia clara de implementação, é questionada porque premiará países com alto histórico recente de desmatamento, em vez de países que conservaram suas florestas no passado



ENQUANTO NÃO SE DEFINE COMO USAR CRÉDITOS DE DESMATAMENTO EVITADO, O GOVERNO BRASILEIRO RECUSA ACEITAR QUALQUER VÍNCULO A MECANISMOS DE MERCADO

não governamentais, com uma proposta feita pela Costa Rica e por Papua Nova Guiné sobre a Redução de Emissões por Desmatamento Evitado nos Países em Desenvolvimento (RED).

Durante o último *workshop* da Convenção Quadro sobre o tema, em março, na Austrália, todos os países concordaram que é urgente adotar medidas para reduzir o desmatamento e que existem metodologias, técnicas e ferramentas suficientes para estimar e monitorar suas emissões. Não há, portanto, impedimentos técnicos, mas um acordo depende de decisões políticas sobre como serão empreendidos os esforços e aplicados os recursos financeiros necessários para atingir essas reduções.

O impasse refere-se ao “tamanho da conta”, e, principalmente, como a mesma será dividida entre os países interessados para a redução do desmatamento.

Em relação ao tamanho da conta, a discussão é quanto ao cenário de referência, ou linha de base, de desmatamento a ser utilizado — ou seja, sobre o cenário em que serão calculadas as posteriores reduções de emissões.

Três abordagens estão na mesa de negociações. Uma delas, proposta pelo Brasil, utiliza a média histórica de desmatamento em um determinado período de tempo (dez anos, por exemplo), para estabelecer a taxa de referência para as emissões (a metodologia pode ser acessada em http://unfccc.int/files/methods_and_science/lulucf/application/pdf/brazil.pdf).

A segunda proposta prevê que se determine um cenário futuro de referência usando modelos de projeção do desmatamento. E, por fim, a última constitui-se na criação de alternativas para a não utilização de uma linha de base em situações em que não é possível estabelecer uma abordagem clara do cenário de referência.

A sugestão brasileira, a única que apresenta uma metodologia clara de implementação, está no centro das discussões. Mas há questionamentos quanto à viabilidade de sua utilização no caso de países com baixas taxas históricas de desmatamento como Costa Rica, Gana, Congo, Índia, China, entre outros.

O argumento é o de que o mecanismo proposto pelo Brasil forneceria “incentivos perversos” aos países com alto histórico recente de desmatamento, em vez de “premiar” os que conservaram suas florestas no passado.

CARTAS NA MESA: OS PRÓS E OS CONTRAS, AS DIFICULDADES E AS VANTAGENS DAS DIVERSAS PROPOSTAS SUGERIDAS PELOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

PROPOSTA / PAÍS	BRASIL	BOLÍVIA + COALITION FOR RAINFOREST NATIONS	COSTA RICA + BLOCO DE PAÍSES LATINO-AMERICANOS	GABÃO, CONGO E COMMISSION OF MINISTERS FOR THE CENTRAL AFRICA FORESTS
QUEM APÓIA	Países do Anexo I	Maioria dos países em desenvolvimento	Apoio moderado de diversos países em desenvolvimento	Idem anterior + países do Anexo I
MOTIVO	Apresenta proposta clara e metodologia de implementação objetiva (descrita passo a passo)	Preconiza uma participação ampla de todos os países em desenvolvimento	Proposta ampla e abrangente, mas nem tão objetiva	Forte componente em <i>capacity building</i> e cooperação entre países Sul-Sul
QUEM NÃO APÓIA	Coalition for Rainforest Nations, Índia, China e a maioria dos países da América Latina	Nenhum	Houve relativamente pouco apoio direto dos países do Anexo I e países africanos	Nenhum
MOTIVO	– Impede a participação ampla de muitos países em desenvolvimento – Contra mecanismos de mercado	—	Não apresenta proposta objetiva de implementação	—
QUEM NÃO PARTICIPARIA / OU TERIA INCENTIVOS INSUFICIENTES	Países com baixas taxas históricas: Costa Rica, México, Índia, China, Gana, Congo, Suriname, Papua Nova Guiné, entre outros	Nenhum	Nenhum	Nenhum
PRINCIPAIS DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO	– Viabilizar a participação dos demais países em desenvolvimento – Abrir a possibilidade para mecanismos de mercado	Esclarecer melhor: – Integração entre os três mecanismos – Linha de base – Integração com metas do Anexo I e mecanismos de mercado	Idem anterior	Idem anterior

A MÃO DO MERCADO: ANÁLISE DAS VANTAGENS E DESVANTAGENS OFERECIDAS PELOS MECANISMOS PROPOSTOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS EM UM REGIME DE REDUÇÃO DE EMISSÕES POR DESMATAMENTO EVITADO

FATOR DE ANÁLISE	MECANISMO		JUSTIFICATIVA/ARGUMENTOS
	MERCADO	NÃO-MERCADO	
ENVOLVIMENTO DO SETOR PRIVADO	SIM	NÃO	Sem mecanismos de mercado não haveria interesse de envolvimento do setor privado
POTENCIAL PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS	ALTO	BAIXO	Sem o envolvimento do setor privado dificilmente se captaria o volume necessário de recursos, estimados em US\$ 5 bilhões/ano (Stern, 2006)
VÍNCULO A METAS DE REDUÇÃO DE EMISSÕES DOS PAÍSES DO ANEXO I (SOMENTE PÓS 2012)	SIM	NÃO	A exemplo do MDL, o vínculo a novas metas de redução do Anexo I no regime pós 2012 geraria a demanda necessária para o estabelecimento de um sólido mercado de carbono para RED
ENFRAQUECIMENTO DO MERCADO DO MDL	NÃO	NÃO	A inclusão de créditos de RED em um mecanismo de mercado independente, atrelado a novas demandas do Anexo I no período pós 2012, descarta o enfraquecimento do MDL
SUSTENTABILIDADE DE RECURSOS A LONGO PRAZO	MAIOR	MENOR	O aporte de recursos por doações em um Fundo Voluntário não oferece garantias de sustentabilidade a longo prazo
POTENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADE E TECNOLOGIAS	MAIOR	MENOR	O envolvimento com o mercado impulsionaria o estabelecimento de novas tecnologias e sistemas de quantificação e monitoramento, necessários para o comprometimento de investidores

A dificuldade está em como as ações empreendidas no passado (ou mesmo no presente) seriam consideradas na determinação da linha de base que servirá como referência para o desmatamento evitado. Por exemplo, como seriam considerados os esforços da Costa Rica que geraram sucessivas reduções no desmatamento em seu território durante as décadas de 80 e 90? Ou qual o limite temporal que separa o fim do período de cálculo da linha de base e o início de medidas recentes tomadas para reduzir o desmatamento?

Este item é crucial para a implementação do regime e deverá ser o grande foco das próximas negociações. Uma possível solução seria a criação de um “pacote flexível”, composto de diferentes mecanismos ou linhas de base que contemplem diferentes circunstâncias nacionais.

PARA CRIAR DEMANDA

O outro ponto fundamental em debate está na forma de divisão da “conta”, ou seja, de onde virão os recursos para reduzir o desmatamento. Há praticamente duas propostas. De um lado, o Brasil, isolado, sugere a criação de um fundo internacional alimentado por doações voluntárias. De outro, basicamente todos os demais países em desenvolvimento e o setor privado dos países desenvolvidos, a favor do estabelecimento de mecanismos de mercado para o comércio de certificados de carbono.

Ambas as propostas envolvem complexas manobras político-econômicas e interesses conflitantes. A principal justificativa contra a primeira é de que o fundo voluntário não conseguiria angariar os recursos necessários — da ordem de US\$ 5 bilhões por ano, segundo o *Relatório Stern*, para reduzir o desmatamento em nível global.

Para buscar a solução no mercado é necessário criar

uma nova demanda para os créditos de RED, visto que a atual só atende créditos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), os únicos válidos para os países desenvolvidos no cumprimento das metas do Protocolo de Kyoto. Fundir os dois mecanismos sem aumentar a demanda inundaria o mercado de MDL, colocando-o em risco. Assim, a exemplo do MDL, a saída seria elevar as metas de redução dos países desenvolvidos, atrelando-as a créditos de RED.

Essa parece ser a solução mais plausível. No entanto, os países que possuem metas de redução — como os da União Européia, o Reino Unido, Canadá e Japão — rejeitam um aumento enquanto os Estados Unidos, responsáveis por 30% das emissões mundiais, não assumirem sua carga na responsabilidade pelo aquecimento do planeta. Enquanto não se definirem as formas de utilização dos créditos de RED, o governo brasileiro recusa qualquer tipo de vínculo a mecanismos de mercado.

Sem a utilização dos créditos, os países ricos, e principalmente o setor privado, não parecem interessados em pôr dinheiro em mais um fundo voluntário. Está formada a “sinuca de bico”.

A 26ª reunião dos órgãos subsidiários da Convenção Quadro, realizada na Alemanha em maio, trouxe poucos avanços e as negociações foram postergadas para a 13ª Conferência das Partes (COP), em dezembro, na Indonésia. A morosidade nas discussões e a rígida posição dos Estados Unidos de não assumir compromissos de redução indicam que pouco será decidido antes de 2009.

Enquanto isso, não só milhares de hectares de floresta caem ao chão diariamente como milhares de pessoas cruzam o Atlântico de avião — e a humanidade segue testando os limites de tolerância da natureza. ■



Cortina de FUMAÇA

✦ POR STEVE SCHWARTZMAN, PAULO MOUTINHO E PAULA MOREIRA

AS PROPOSTAS DE COMPENSAÇÃO PELO DESMATAMENTO EVITADO ENFRAQUECEM O ARGUMENTO DOS EUA CONTRA UM ACORDO INTERNACIONAL PARA REDUZIR AS EMISSÕES DE DIÓXIDO DE CARBONO APÓS 2012

Para evitar as perigosas alterações do sistema climático e que a concentração de gás carbônico na atmosfera ultrapasse um limite calculado em 450 a 550 partes por milhão (ppm) – o valor atual é de 375 ppm –, será necessário não só uma rápida redução da queima de combustíveis fósseis nos países do Norte e do Sul, mas também a diminuição drástica do desmatamento tropical. É o que diz o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), o corpo científico da ONU que trata da questão.

Várias propostas para compensar os países tropicais por esforços de redução do desmatamento em seus territórios estão sob análise da Convenção Quadro da ONU sobre Mudança Climática. A idéia é criar incentivos substantivos para reduzir o desmatamento, assim como condições para maior participação dos países em desenvolvimento em um regime internacional do clima.

Já se fala em um mecanismo de compensação financeira para as nações em desenvolvimento capazes de demonstrar queda em suas taxas nacionais de desmatamento abaixo de uma taxa de referência histórica. O mecanismo, chamado Redução de Emissões por Desmatamento Evitado (RED), pode ser viabilizado por meio do mercado de carbono, como proposto por Papua-Nova Guiné e vários outros países, ou por um fundo, como sugerido pelo Brasil. Mas os EUA, que se recusaram a ratificar o Protocolo de Kyoto, tentam acabar com a discussão.

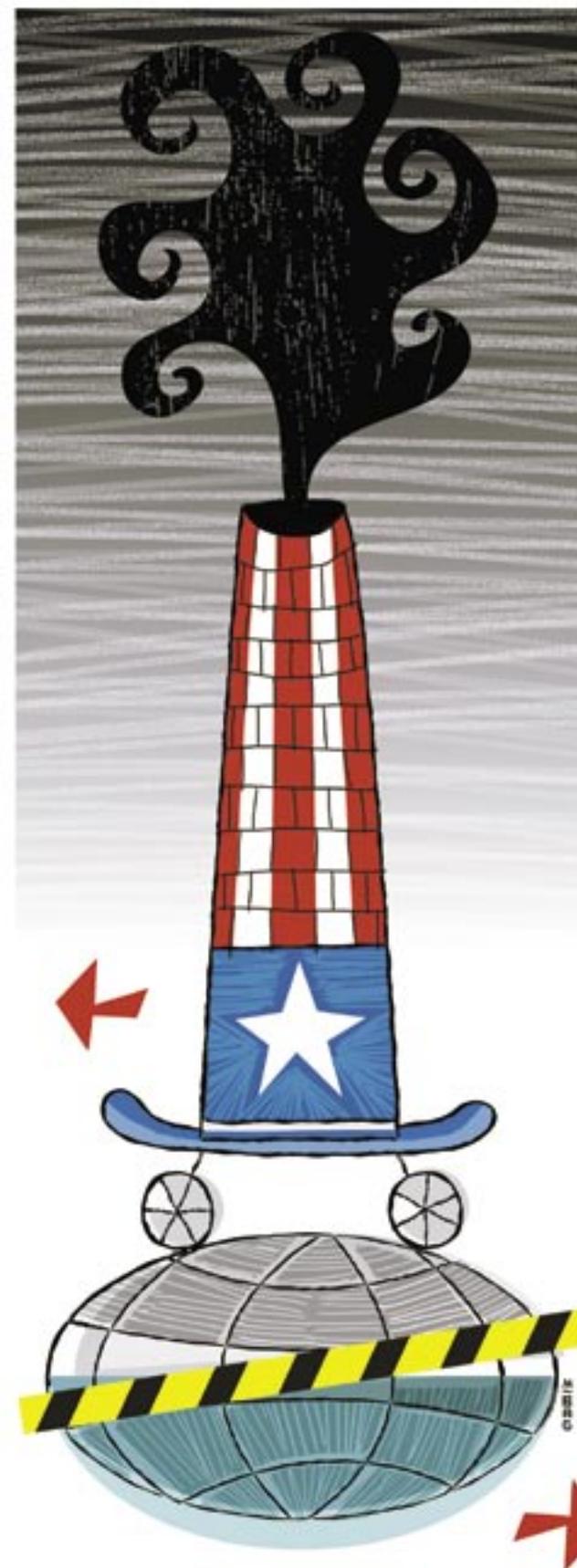
Na última reunião do Corpo Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico da Convenção Quadro, ocorrida em maio, em Bonn, Alemanha, havia um acordo entre Brasil, União Européia e outros países tropicais para recomendar o uso de taxas históricas de

desmatamento como referência para o cálculo de uma possível compensação financeira pela redução do desflorestamento, assim como outros princípios básicos. A delegação dos Estados Unidos, contudo, se opôs fortemente a qualquer recomendação específica, sob as alegações de que “limitaria” o texto excessivamente e de que este deixava de fora outras importantes iniciativas, como os programas de manejo florestal da United States Agency for International Development (Usaid).

Ficou evidente a intenção dos EUA de obstruir qualquer avanço na definição de um acordo para o período pós-2012, especialmente um que envolva países em desenvolvimento, o que derrubaria o principal argumento que o governo de George W. Bush usa para justificar a recusa ao Protocolo de Kyoto: a falta de um maior engajamento dos países em desenvolvimento nos esforços de redução de emissões de gases de efeito estufa.

A birra americana quanto ao uso de uma taxa histórica de desmatamento e outros critérios fundamentais na discussão da redução compensada é, também, consequência de como o governo Bush prefere tratar a questão. Isto é, sem a definição de qualquer parâmetro quantitativo ou obrigatoriedade para a redução das emissões, mas com uma abordagem relativa, via o cumprimento de “metas de intensidade” de emissões.

A idéia de “intensidade” é antiga e envolve reduções voluntárias de emissões parametrizadas pelo Produto Interno Bruto (PIB). Funciona da seguinte forma: quanto menos carbono é emitido por unidade do PIB (CO₂/US\$ do PIB), mais eficiente é o sistema. Parece bom, mas na verdade não se trata de uma estratégia de redução das emissões, pois o país pode continuar emitindo muito



em termos absolutos. Tal esquema não reduz necessariamente as emissões totais e, pior, pode acabar favorecendo seu aumento, pois o PIB – especialmente o americano – se beneficia em grande parte do crescimento do setor de serviços, que por natureza emite menos em termos absolutos do que o setor industrial ou o energético.

Tratar as emissões pela via da “intensidade” é criar uma cortina de fumaça. Os EUA vêm tentando fechar acordos internacionais que envolveriam alguns grandes países em desenvolvimento – supostamente China, Índia e Brasil –, com base nas tais metas de intensidade. A iniciativa, na verdade, visa esvaziar as negociações sobre o futuro de Kyoto, colocando em risco o atual mercado de carbono, que sem sinais claros de continuidade do Protocolo após 2012, pode não deslanchar. Felizmente, o consenso internacional é de que a Convenção Quadro da ONU é o fórum mais adequado para negociações sobre a questão, como reafirmou o G8 em sua última reunião, em junho.

MOEDA POLÍTICA

Aos poucos, até internamente as estratégias do governo americano para atrapalhar as negociações sobre as mudanças do clima ficam mais limitadas. Ao tomar conhecimento da “jogada” de sua delegação em Bonn, quatro senadores americanos escreveram uma carta à secretária de Estado, Condoleezza Rice, pedindo explicações. É um sinal de que a administração Bush não conta com aliados incondicionais na questão climática.

Além disso, o aquecimento global virou moeda na política eleitoral americana. A eleição de Arnold Schwarzenegger ao governo da Califórnia, por exemplo, em boa parte se concretizou a partir de seu compromisso em criar limites obrigatórios às emissões de CO₂ no estado.

A cortina de fumaça está se dissipando. A política do governo Bush de obstrução, manipulação e desvio da atenção em relação às negociações internacionais terá um custo cada vez mais alto para o já fragilizado Partido Republicano. Espera-se que na próxima Conferência das Partes da Convenção, a se realizar em Bali, Indonésia, no fim deste ano, se tenha chance de avançar, afinal. ■

Steve Schwartzman é diretor do Programa Internacional da Environmental Defense
Paulo Moutinho é coordenador de pesquisa do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)
Paula Moreira é pesquisadora do Ipam



OBSTRUÇÃO VELADA

Os EUA propõem um sistema de metas de intensidade, no qual se mede a eficiência pela quantidade de carbono emitido por dólar do PIB. O resultado, em vez de redução, pode ser o aumento das emissões globais de gases de efeito estufa



■ ■ ■ **DESERTO SOBRE A ÁGUA.** As Salinas Grandes situam-se na província de Salta, norte da Argentina, 3.500 metros acima do nível do mar. Passaram a ser exploradas por uma cooperativa de trabalhadores depois da falência, no início da década, da empresa que dali retirava 40% do sal consumido no país. Na vastidão de seus 2 mil quilômetros quadrados, onde a dura camada de sal de 10 a 50 centímetros de espessura suporta até caminhões, Damian, fotógrafo argentino radicado em São Paulo, flagrou o que define como "a beleza do reino da desolação". ■ ■ ■